



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 012 - QUINTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)		
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
- Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza (19) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (21,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares (28) Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (21,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (27) Ana Rita (22) Anibal Diniz (23)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (20)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (28)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (5,33) Lúcia Vânia (32) Mário Couto (31) Paulo Bauer (7,30)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,30) Flexa Ribeiro (5,33)</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)</p>
<p>PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR (18)</p>	<p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>	<p>PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (17)</p>
<p>PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11) Vice-Líder Sérgio Petecão</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

*****RGF IGF VG	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Mária Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atia Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Satisfação com a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa; e outros assuntos..... 03485

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 63, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa. 03490

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Eunício Oliveira como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012. (Proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011) 03490

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Comentários sobre a frequência e o impacto das manifestações climáticas anormais na região amazônica brasileira, destacando a situação de emergência de municípios que sofrem com a cheia de rios; e outro assunto. 03490

SENADOR *PEDRO SIMON* – Euforia com a decisão do Supremo Tribunal Federal, na semana passada, sobre a aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa; e outros assuntos..... 03494

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Comentários sobre a banalização, pelo Poder Executivo, da edição de medidas provisórias, que impedem o andamento dos trabalhos da Casa; e outro assunto. 03498

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Registro do esforço empreendido pelas autoridades acreanas para atender as famílias atingidas pelas recentes enchentes do Rio Acre. 03504

SENADOR *PEDRO TAQUES* – Reflexões sobre a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa... 03508

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Defesa de uma agenda positiva para o Estado de Rondônia; e outro assunto. 03511

1.2.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 4, de 2012 (nº 27/2012, na origem), encaminhando a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2011. 03514

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 64, de 2012, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Taques, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa..... 03534

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 12ª Sessão, Não Deliberativa em 22 de fevereiro de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Aloysio Nunes Ferreira,
Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Valdir Raupp e Pedro Simon*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 17 horas e 21 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Iniciamos os trabalhos do dia de hoje, comemorando o fato de que o povo brasileiro participou de uma bela festa, das mais belas do Planeta, que foi o Carnaval. Na tarde de hoje, dia 22 de fevereiro, o Senado retoma os seus trabalhos, assim como todas as repartições públicas e o setor privado também.

Cumprimento os Senadores presentes e convido para fazer uso da palavra, em permuta com a Senadora Vanessa, que dirige os trabalhos neste momento, o Senador Rodrigo Rollemberg, que fala pelo tempo regimental de 20 minutos.

V. Exª, que participou de todos os blocos de Carnaval aqui na Capital federal, Brasília, já pronto para o retorno ao trabalho, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, Senador Pedro Simon.

Em primeiro lugar, preciso registrar o falecimento do ex-Senador, ex-Ministro da Justiça, ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, que honrou esta Casa e que foi o político do Distrito Federal mais importante do ponto de vista dos cargos que ocupou nos três Poderes da República, no Legislativo, no Judiciário e no Executivo.

Tive oportunidade de conviver com o ex-Senador e ex-Ministro Maurício Corrêa. A primeira eleição que disputei para Deputado Distrital em 1990 foi numa coligação que o apoiava para Governador do Distrito Federal. Depois, como chefe de gabinete do Senador Jamil Haddad, tive oportunidade de conviver com ele novamente, pois eram muito amigos os ex-Senadores Itamar Franco, Jamil Haddad e Maurício Corrêa.

Nos seus artigos dominicais no **Correio Braziliense**, sempre defendeu a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Portanto, é, sem dúvida alguma, um

político que fará falta no Distrito Federal, que sempre honrou.

Quero aqui trazer o abraço de solidariedade a toda a família e aos amigos que conviveram com Maurício Corrêa.

Senador Pedro Simon, ouço V. Exª com muito respeito.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Aproveito o pronunciamento de V. Exª para trazer meu carinho, meu afeto e meu profundo voto de pesar pela morte do Senador Maurício Corrêa. Fui colega dele nesta Casa. Fizemos longas caminhadas juntos: a campanha das Diretas Já, o **impeachment** do Presidente Collor e o governo Itamar. No **impeachment**, S. Exª, como jurista, como ex-Presidente da OAB, teve um papel muito importante porque eram muitas as vozes que não acreditavam na possibilidade de uma saída democrática. O Dr. Ulysses foi ao meu gabinete para me dizer: “Simon, você está doido? Esse negócio de **impeachment**... Os militares vão acabar tomando conta. É um risco impossível de ser levado adiante”. Pois nós levamos adiante, e Maurício Corrêa, com seu prestígio, com a luta que teve na OAB, onde se destacou aquele momento em que, na Presidência da OAB, ele resistiu aos militares que não permitiam que ele agisse como agiu, e saíram caminhando pelas ruas, pela Esplanada dos Ministérios, ele teve um papel importante. No governo do Itamar, ele, como conselheiro, como Ministro da Justiça, como Ministro e Presidente do Supremo, como muito bem diz V. Exª, os três Poderes, aqui, no Congresso, no Senado; no Ministério da Justiça e no Supremo Tribunal Federal... Ultimamente, seus artigos, aos domingos, no **Correio Braziliense**, eram uma profunda reflexão que ele levava a todos nós. Eu lia e relia seus artigos aos domingos, pelo seu significado, pela sua posição. Realmente, foi um dia muito triste. Eu, que não sabia de nada, quando me telefonaram e me informaram da morte – eu não estava aqui – eu tive um pesar muito grande. A tecnologia hoje é tão fantástica, tão moderna, com esses transplantes de coração e tudo mais... A implantação de um... É a coisa mais simples, mais fácil que tem, deu tudo certo, e na sexta-feira acontece. Trago, na pessoa de V. Exª, um abraço a todo o Distrito

Federal pelo importante papel que desempenhou, na política brasileira, o extraordinário companheiro meu amigo Maurício Corrêa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e as incorporo ao meu pronunciamento.

De fato, o ex-Senador e ex-Ministro Maurício Corrêa teve um papel importantíssimo na redemocratização do País, no enfrentamento à ditadura. Há uma foto histórica dele de mãos dadas, de braços dados com o ex-Deputado e amigo Sigmaringa Seixas, com o ex-Ministro Sepúlveda Pertence, resistindo à invasão da OAB pelas forças da ditadura.

Também cumpriu um papel importante na luta pela autonomia política do Distrito Federal e foi o Senador mais votado na primeira vez que o Distrito Federal teve representação no Senado Federal. O Senador Maurício Corrêa foi eleito, sendo o Senador mais votado naquela ocasião.

Portanto, fica aqui registrado meu voto de pesar a toda a família.

Mas eu também quero aproveitar a oportunidade de hoje, Senador Pedro Simon, Senadora Vanessa, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para me congratular com o Supremo Tribunal Federal pela decisão tomada na semana anterior à semana do Carnaval, quando se manifestou pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Eu já tinha tido a oportunidade, naquela semana, de me pronunciar desta tribuna, onde manifestei a minha convicção de que o Supremo Tribunal Federal iria tomar essa decisão histórica, que vem contribuir para melhorar a qualidade da política e dos políticos no nosso País. Eu queria, na tarde de hoje, fazer alguns comentários e alguns registros dessa decisão histórica.

A decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, tomada na semana passada, representa uma vitória histórica da mobilização popular em torno de uma lei que persegue a moralidade administrativa e a probidade como requisitos essenciais àqueles que buscam candidatar-se a cargos eletivos. A discussão travada entre os ministros no último dia 16 era, em síntese, se uma condenação proferida por órgão colegiado, que, de acordo com o texto da Lei Complementar nº 135, de 2010, a Lei da Ficha Limpa, passa a gerar causa de inelegibilidade, afrontaria o princípio da presunção de inocência. Tal princípio, expresso em nossa Constituição de 1988, afirma que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (art. 5º da Constituição). Especificamente em matéria eleitoral, nossa Carta política também indica que “é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: [...] condena-

ção criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos” (art. 15, inciso III). Essa tese, contrária à constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, foi acolhida por quatro ministros, porém, a maioria dos ministros posicionou-se favoravelmente à lei complementar.

Merece aqui destacarmos alguns pontos levantados pelos Ministros que sustentaram a constitucionalidade da referida lei. O relator das três ações que questionavam os aspectos da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa foi o Ministro Luiz Fux. Em seu voto, favorável à constitucionalidade da lei, ele aduz: “Não cabe discutir nestas ações o sentido e o alcance da presunção constitucional de inocência – ou a não culpabilidade, como se preferir – no que diz respeito à esfera penal e processual penal. Cuida-se aqui tão somente da aplicabilidade da presunção de inocência especificamente para fins eleitorais, ou seja, da sua irradiação para ramo do Direito diverso daquele a que se refere a literalidade do art. 5, LVII, da Constituição de 1988.”

Prossegue:

“São notórios a crise do sistema representativo brasileiro e o anseio da população pela moralização do exercício dos mandatos eletivos no País. Prova maior disso é o fenômeno da judicialização da política, que certamente decorre do reconhecimento da independência do Poder Judiciário no Brasil, mas, também, é resultado da desilusão com a política majoritária. A presunção de inocência, sempre tida como absoluta, pode e deve ser relativizada para fins eleitorais ante requisitos qualificados como os exigidos pela Lei Complementar nº 135, de 2010.”

A Ministra Rosa Weber ressaltou que o fim constitucional último das regras de inelegibilidade é assegurar a soberania popular em sua plenitude e que não há nessas regras caráter de sanção ou qualquer natureza jurídica de sanção penal. Diz a Ministra:

“O escopo da inelegibilidade não é punir; a norma jurídica não tem no seu indivíduo o seu destinatário primeiro. O foco é outro; o foco, a meu juízo, é a coletividade, buscando preservar a legitimidade das eleições, a autenticidade da soberania popular e, em última análise, assegurar o processo de concretização do Estado democrático de direito.”

Continua a Ministra: “A dispensa do trânsito em julgado, na hipótese de haver condenação colegiada, como previsto na Lei da Ficha Limpa, não afronta o princípio da não culpabilidade.”

A mais nova Ministra acrescentou que o entendimento de que o princípio da presunção de inocência deve ser estendido até o julgamento definitivo do processo não é universalmente compartilhado e afirmou que esse princípio é pertinente ao processo penal.

Continua a Ministra:

“Na seara eleitoral, e mais precisamente no campo das inelegibilidades, os princípios constitucionais prevalentes são a proteção do interesse público e da coletividade, antes do interesse individual e privado. Reputo não afrontar o princípio da não culpabilidade a dispensa do trânsito em julgado na hipótese de haver condenação colegiada. O homem público ou que pretende ser público não se encontra no mesmo patamar de obrigações do cidadão comum. No trato da coisa pública, o representante do povo detentor de mandato eletivo subordina-se à moralidade, probidade, honestidade e boa-fé, exigências do ordenamento jurídico que compõem o mínimo ético condensado pela Lei da Ficha Limpa através de hipóteses concretas e objetivas de inelegibilidade.”

Já o Ministro Joaquim Barbosa enalteceu a mobilização popular e o despertar de uma nova consciência sobre a democracia. Diz ele:

“Somando-se a outros projetos já existentes sobre o assunto, não se pode negar que um projeto de lei de iniciativa popular que trata especificamente de um tema diretamente ligado à escolha dos nossos representantes revela muito mais do que uma simples mobilização social. Revela, sobretudo, um despertar de consciência a respeito do real significado da democracia e de um dos seus elementos constitutivos essenciais, que é a representação política. Sem dúvida há na sociedade brasileira um clamor pela superação do nosso passado clientelista e patrimonialista e pela transição para um futuro de virtude e de coparticipação. O que se busca é o abandono da complacência e da convivência com a falta de moral e de honestidade que aqui e ali ganham foros de aceitação, até mesmo pela via de expressões jocosas que não raro caem no gosto popular, como é o caso do execrável ‘Rouba, mas faz’. O objetivo é avançar rumo a uma exigência efetiva de ética e transparência no manejo da coisa pública, da res pública.”

O Ministro Ricardo Lewandowski ressaltou que a norma foi apoiada por mais de um milhão e meio de assinaturas. Teve aprovação unânime nas duas Casas

do Congresso Nacional e foi sancionada sem qualquer veto. Estamos diante de um diploma legal que conta com o apoio expresso e explícito dos representantes da soberania nacional, afirmou o Ministro Lewandowski.

Lewandowski ainda frisou que a lei não foi tratada de afogadilho no Congresso. Ao contrário, foi alvo de intensos debates, incluindo a questão do princípio da não culpabilidade, também chamado de presunção de inocência, segundo o qual ninguém pode ser considerado culpado sem decisão transitado em julgado, quando não cabem mais recursos.

Acrescentou que, diante de dois valores de natureza constitucional de mesmo nível – suspensão de direitos políticos somente por meio de condenação criminal transitada em julgado (inciso III do art. 15) e probidade administrativa e moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato (§ 9º do art. 14 da Constituição), este último deve prevalecer na análise da Lei da Ficha Limpa.

Diz o Ministro Lewandowski: “A meu ver, são valores (o § 9º do art. 14 da Constituição) de igual dignidade e peso constitucional e é uma opção legislativa legítima, que foi feita pelo Congresso Nacional”, concluiu.

A Ministra Cármen Lúcia acompanhou integralmente o voto do relator, consignou que a democracia representativa demanda uma representação ética. Se não for ética, não é legítima.

A Ministra ponderou que o que se passa na vida de alguém não se desapega de sua história. “O ser humano se apresenta inteiro quando ele se propõe a ser o representante dos cidadãos, pelo que a vida pregressa compõe a *persona* que se oferece ao eleitor, e o seu conhecimento há de ser de interesse público, para se chegar à conclusão quanto à sua aptidão que a Constituição Federal diz, moral e proba, para representar quem quer que seja.

O Ministro Ayres Britto, também favorável à constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, revelou que a Constituição Federal consagrou três valores como símbolo de maturidade política: a democracia, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a moralidade na vida pública. Para o Ministro, esses são valores que todo povo que se preza na sua experiência histórica consagra. Nesse sentido, o Ministro fez questão de frisar que a Constituição merece elogios por haver consagrado o princípio da moralidade.

Diz o Ministro Ayres Britto:

“A Lei da Ficha Limpa tem a ambição de mudar uma cultura perniciosa, deletéria, de mau trato, de malversação da coisa pública, para implantar no País o que se poderia chamar de qualidade de vida política, pela melhor

seleção, pela melhor escolha dos candidatos, candidatos respeitáveis.”

Finalizando o seu voto, o Ministro Ayres Britto lembra que a palavra cândido significa limpo, puro, e candidatura significa pureza ética. “Uma pessoa que desfila pela passarela quase inteira do Código Penal ou da Lei da Improbidade Administrativa pode se apresentar como candidato?” Indagou o Ministro Ayres Britto.

Já o Ministro Marco Aurélio também se manifestou de forma favorável à constitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 135, de 2010, e reafirmou que os preceitos são harmônicos com a Carta da República e visam a correção de rumos nessa sofrida Pátria, considerado um passado que é de enriquecimento de todos.

Diante de toda essa profunda e respeitada argumentação apresentada pelos membros da nossa Corte Constitucional resta-me o sentimento que o Brasil caminha no rumo certo, no caminho de uma maior efetividade pela moralidade e probidade em relação à coisa pública. Essa importante e histórica decisão da nossa Corte Constitucional traz à tona dois outros aspectos relevantes: o avanço da democracia participativa e o papel do Supremo Tribunal Federal frente aos anseios da vontade popular.

O apoio popular emprestado ao projeto de lei da Ficha Limpa foi possível em grande parte a mobilização das organizações da sociedade civil, aliada ao uso das recentes tecnologias de comunicação, as redes sociais, que, cada vez mais aproximam os cidadãos dos grandes debates de interesse nacional.

A democracia participativa ganha, sim, novas e poderosas ferramentas para o seu fortalecimento.

Ouçõ mais uma vez, dessa vez com muita alegria o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu vejo com muita emoção o pronunciamento de V. Ex^a. Diz-se no Brasil que o ano começa na quarta-feira de cinzas. Até lá é expectativa, e, na quarta-feira de cinzas, inicia-se o ano. Não podíamos iniciar o ano legislativo com um pronunciamento mais feliz, mais competente, mais responsável de V. Ex^a. E faz muito bem V. Ex^a em destacar parte por parte os votos dos Srs. Ministros do Supremo. Eu concordo com V. Ex^a e vou à tribuna, daqui a pouco, mais ou menos sobre o mesmo tema. Eu concordo com V. Ex^a; foi talvez um dos momentos mais bonitos da história do Supremo Tribunal Federal. Nós vivemos com o Supremo dois momentos fantásticos: na hora em que eles cortaram na própria carne, mantendo os poderes do Conselho Nacional de Justiça, quando dúvidas, discussões e problemas internos... Queriam discutir para tirar esses problemas, para esvaziar o Conselho Nacional de Jus-

tiça. Por maioria tranquila eles mantiveram, mantiveram o poder dos membros do Conselho de investigarem na própria carne os Ministros do Supremo, os desembargadores, os juízes, algo que, até então, não existia. Quando o Jobim, Presidente do Supremo Tribunal veio aqui para se criar o Conselho, houve uma discussão aqui no Congresso. Nós queríamos um Conselho aberto, com a participação da sociedade, e o Jobim disse: “Não faça isso, que não passo. Isso que estou oferecendo é a maneira de passar. Agora, fiquem tranquilos, mesmo constituindo as partes, na hora que forem para o Conselho, eles vão ter independência de agir”. E é o que está acontecendo. Então, foi 1 x 0 a decisão dos ministros de que, a partir de agora, a Justiça vai ter a sua fiscalização; 2 x 0, a ficha limpa; ficha limpa que veio do povo, como diz V. Ex^a, é verdade. Mas, cá entre nós, nós temos que salientar, é importante que salientemos: a malícia de boa-fé e a competência deste Senado. Se não tivesse havido isso, não teria tido a ficha limpa. A Câmara aprovou, aprovou cheia de vazios e de equívocos. E é o que se comentava por todos que a Câmara aprovou para vir para o Senado: ou dormia no Senado ou, quando voltasse à Câmara, ficava na gaveta da Câmara. E, como o projeto era imperfeito, todos, inclusive eu, apresentamos uma série de emendas. Aí veio para a votação no Plenário. Eu falei com todos os líderes e foi um dos momentos mais bonitos e emocionantes, quando todos os líderes concordaram, de todos os partidos, de Governo e oposição. Se nós emendarmos como deve ser emendado, volta para a Câmara e morreu. Agora, se nós fizermos um trato de votar sem nenhuma emenda, nós vamos deixar a Câmara falando sozinha. Vamos aprovar; vai ser aprovado e depois vamos discutir as imperfeições. E foi o que aconteceu: dois a zero. Eu vou para a tribuna dizer que eu entrego para a Presidente Dilma, a partir de hoje, o terceiro *round*, que é o que está lá no seu Ministro da CGU, a proposta de criar a ficha limpa no Executivo. O Executivo fazer o que nós fizemos; a perspectiva de o Executivo determinar, por meio de decreto, que só pode ser nomeado para cargo do Executivo quem tem ficha limpa e capacidade para administrar. Essa proposta do Ministro Hage está pronta; está na mão da Presidenta para ela assinar. Se a Presidenta, num momento que nem esse, nesse momento e nessa hora fizer isso, eu digo: o Brasil começou a mudar. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. V. Ex^a me honra muito com o seu aparte, e quero aqui manifestar total apoio a essa iniciativa de exigência, não apenas no plano federal, mas também nos planos estaduais, nos planos municipais, para que qualquer agente públi-

co que vá exercer um cargo público tenha que cumprir os mesmos requisitos previstos na Lei da Ficha Limpa.

E quero registrar a V. Ex^a que eu também acompanhei, e concordo com a importância que a mobilização popular teve naquele momento para fazer com que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovassem por unanimidade a Lei da Ficha Limpa. Muitos nos bastidores comentavam, manifestavam até vontade de votar contra, mas foi tamanha a mobilização da sociedade brasileira que ninguém ousou aparecer publicamente votando contra a aprovação da Lei da Ficha Limpa.

E ouço com muita alegria a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Rodrigo, quero cumprimentá-lo também pelo tema de seu pronunciamento, assim como fez o Senador Pedro Simon. Penso que V. Ex^a, nesta quarta-feira em que o Brasil retoma o trabalho neste período da tarde, trata de um assunto que é muito caro a todos nós, não somente à população brasileira, mas, principalmente, a nós, que ocupamos cargos públicos. Desde o início da minha militância política – não tenho a experiência que tem o Senador Pedro Simon, mas tenho uma longa estrada já percorrida –, um dos primeiros princípios que aprendi, quando ingressei na vida pública, é que estamos aqui para servir e que nós somos não apenas os representantes da sociedade, mas devemos ser o próprio espelho da sociedade. Então, são exatamente os agentes públicos aqueles que têm que dar o bom exemplo para a geração presente e para as futuras gerações. Então, penso que a Lei da Ficha Limpa vem exatamente para resgatar, para tentar fazer com que esse princípio tenha validade para todos. Mas precisamos ter cuidado, Senador Rodrigo, para não permitir que qualquer tipo de lei promova qualquer tipo de injustiça. Eu confio no Poder Judiciário, eu confio no Poder legislativo e sei que nós estaremos aqui prestes a resolver esses problemas. Preocupa-me, por exemplo, um órgão colegiado, Senador, e V. Ex^a leu aquilo que foi a manifestação de vários dos Srs. Ministros durante o julgamento recente, mas, por exemplo, a lei prevê um julgamento por um órgão colegiado – isso foi algo que nós debatemos muito na Câmara, por exemplo, eu não era Senadora ainda, estava lá como V. Ex^a, na Câmara –, um órgão colegiado representante de categorias, por exemplo, um conselho profissional que condena um profissional. Então, nós temos que tomar cuidado para não permitir que a lei sirva para cometer injustiças. Mas esses serão casos, não tenho dúvida nenhuma, particulares e todos eles deverão ser muito bem acompanhados, para não permitir que qualquer tipo de injustiça aconteça. Agora é o primeiro passo. O

Senador Pedro Simon lembrou também outra decisão recente do Conselho Nacional de Justiça, pela qual ele se mobilizou muito, não apenas o Senador Pedro, V. Ex^a e vários outros Senadores e Senadoras aqui, para que o Conselho Nacional de Justiça não tivesse as suas atribuições diminuídas, o seu poder de fiscalização, de controle externo diminuído. E nós tivemos uma outra grande vitória, uma sinalização positiva, também do Poder Judiciário brasileiro. Mas concordo também, é preciso avançar para o Executivo, porque o rigor tem que ser para todas as esferas de poder, Senador. Então, eu cumprimento V. Ex^a, Senador aqui pelo Distrito Federal, e um Senador que, tenho certeza, honra não apenas os seus eleitores, mas o povo brasileiro quando traz para a tribuna deste Senado, para a tribuna do Parlamento brasileiro temas tão importantes como este. Parabéns, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin, a contribuição que V. Ex^a traz ao meu pronunciamento.

E quero registrar três decisões muitíssimo importantes que o Supremo Tribunal Federal tomou recentemente, a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, a manutenção dos poderes do Conselho Nacional de Justiça, a constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Enfim, são decisões que orgulham o nosso País e que honram o Supremo Tribunal Federal.

Considero a decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa uma decisão histórica, um grande acerto, pois irá contribuir de forma decisiva para melhorar a qualidade da representação da classe política brasileira.

E não tenho dúvidas de que, com o avanço da consciência política da população, sua participação será cada vez mais intensa e relevante.

E eu gostaria aqui de fazer um parêntese para dizer que vou solicitar ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que coloque em pauta – e gostaria de contar com o apoio do Senador Pedro Simon, do Senador Aloysio Nunes, que já se manifestou na Comissão de forma favorável à proposta de emenda à Constituição que apresentei, da Senadora Grazziotin, do Senador Anibal – proposta de emenda à Constituição que facilita a mobilização popular em torno das propostas de iniciativa popular.

Hoje, Senador Pedro Simon, para que a população apresente projeto de iniciativa popular, ela precisa recolher um número de assinaturas equivalente a 1% do total de eleitores aptos no País, enquanto que, para se criar um partido político, que tem o monopólio da representação política, exige-se menos da metade disso, exige-se 0,5% do total de votos válidos dados na última eleição.

Portanto, no caso de um projeto de iniciativa popular, exige-se hoje algo em torno de 1,3 milhão de assinaturas, enquanto que, para a criação de partido político, exige-se algo em torno de 490 mil assinaturas.

A minha proposta é que passemos a exigir para os projetos de iniciativa popular o mesmo número, os mesmos critérios para a criação de partidos políticos. Com isso, reduzindo de 1,3 milhão para 490 mil assinaturas. E ampliando o alcance dos projetos de iniciativa popular, fazendo com que a população possa também ter o direito de apresentar propostas de emenda à Constituição. E esses projetos tramitariam em regime de prioridade nas duas Casas do Congresso Nacional, salvo deliberação em contrário dos respectivos plenários.

Quero registrar que somente com efetiva democracia participativa o Brasil atingirá os objetivos descritos em sua Lei Maior: a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional sustentável, a erradicação da pobreza e das desigualdades regionais.

Encerro o meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, pela tolerância com o tempo, agradecendo também, de forma especial, os aportes do Senador Pedro Simon e da Senadora Vanessa Grazziotin, que enriqueceram muito o meu pronunciamento. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2012

Nos termos do art. 215, inciso III, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Maurício Corrêa, ocorrido no último dia 17 de fevereiro. Requeremos, por fim, que esta iniciativa seja comunicada à família do *de cujus*.


Senador RODRIGO ROLLEMBERG
PSB/DF


Senador PEDRO SIMON
PMDB/RS

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes, Senadora Vanessa, gostaria de informar que esta Presidência designou o Senador Eunício Oliveira como Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012**, proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Aloysio. É um prazer ocupar esta tribuna tendo V. Ex^a dirigindo os nossos trabalhos no dia de hoje.

Sr. Presidente, venho à tribuna para falar a respeito da situação delicada por que passam parte, Senador Pedro Simon, do meu Estado do Amazonas. Sete Municípios, até agora, e uma boa parte do Estado do Acre.

Eu aqui me refiro às cheias do rio Juruá e de Rio Branco que mais uma vez se manifestam de forma anormal. Aliás, aquilo que é anormal é aquilo que acontece fora do previsto e deveria acontecer muito que esporadicamente. Entretanto, se todos perceberem, ultimamente, tem sido constante a manifestação dessas tais anomalias, ou seja, as anomalias estão virando quase que cotidiano, estão virando quase que uma regra no que diz respeito às manifestações climáticas naturais no Brasil, principalmente na região amazônica.

Sr. Presidente, temos hoje entre famílias de vários Municípios do Estado do Acre e de sete Municípios, que foi o levantamento feito no Estado do Amazonas, Municípios que ficam localizados na calha do rio Juruá, temos hoje em torno de quase 70 mil pessoas atingidas, o que daria uma quantidade de, aproximadamente, sete mil famílias. Somente na cidade de Rio Branco, na capital do Estado do Acre, são doze mil os atingidos que perderam suas casas, perderam seus pertences todos e estão alojados em dioceses, igrejas, órgãos públicos e em colégios, vivendo um momento muito delicado, de muito sofrimento.

Além do Município de Rio Branco, capital do Estado do Acre, foram fortemente atingidos também os Municípios de Porto Acre, Santa Rosa, Assis Brasil, Manoel Urbano e Sena Madureira. Sendo que no Estado do Amazonas sete Municípios, Srs. Senadores, foram atingidos e estão sofrendo muito com essa enchente desproporcionada, principalmente os Municípios de Eirunepé, todos eles, repito, na calha do rio Juruá.

Diferente de outros Estados brasileiros, onde os Municípios, geograficamente, pela própria localização, no norte, no sul, no leste, no oeste ou centro-oeste, no Amazonas identificamos os Municípios pelas calhas dos rios. Então nós temos os Municípios da calha do Amazonas, da calha do Solimões, da calha do Juruá, da calha do rio Madeira, da calha do Purus e daí por diante. Então, todos os Municípios da calha do rio Juruá – Eirunepé, Carauari, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati e Juruá – tiveram situação de emergência já declarada. Todos eles.

Quero aqui destacar que tem sido muito importante a mobilização do Governo do meu Estado, Amazonas. O Governador Omar Aziz, desde a primeira hora, independentemente de receber ou não recursos Federais, prontificou-se a mobilizar toda a Defesa Civil do Estado do Amazonas não só para promover e ajudar no socorro em operações humanitárias, em favor do povo residente nos Municípios do Estado do Amazonas, mas também colaborar com a superação do problema no Estado do Acre.

Sabemos que as condições estruturais do Governo do Estado do Acre não são tão favoráveis quanto às do Estado do Amazonas, tanto que o próprio Ministério da Integração Nacional, ao qual está ligada a Defesa Civil no Brasil, solicitou ajuda do Governo do Amazonas, para que técnicos da Defesa Civil do Estado do Amazonas pudessem ajudar no levantamento técnico da situação do Acre, sobretudo de sua capital, do Município de Rio Branco.

Lá, Presidente Aloysio, na minha região, na nossa região Amazônica quando falamos em inundação não falamos em cheia exagerada, em chuvas exageradas. Não estamos falando apenas em inundações, não estamos falando apenas em pertences em casas de pessoas, de famílias que perdem tudo, não estamos falando daqueles ribeirinhos

Não estamos falando daqueles ribeirinhos que perdem as suas plantações de mandioca, de milho, de juta, de tudo, Sr. Presidente. Nós falamos também de desbarrancamento, que é algo extremamente grave, porque a maior bacia hidrográfica do Planeta está na Amazônia. E sabemos que a Amazônia brasileira ocupa a maior parte de extensão da Amazônia global. E nós falamos com muita alegria que o Brasil detém, que a Amazônia detém não só o maior e mais caudaloso rio do mundo, que é o rio Amazonas, mas a maior quantidade de reserva de água doce do Planeta.

Entretanto, essa malha fluvial da Amazônia ainda está em formação, em processo de formação. Muita gente considera uma beleza e, de fato, é uma maravilha, uma das grandes maravilhas. A Amazônia assim já está considerada uma das sete maravilhas naturais

do Planeta, com várias manifestações. Uma delas, por exemplo, acontece na frente da cidade de Manaus, que é o encontro de dois grandes rios, o rio Amazonas, que chega com o nome de Solimões, que se junta com o rio Negro e corre aí recebendo o nome de rio Amazonas. Então é o encontro das águas. E o que deixa muita gente impressionada é o fato de essas águas andarem por uma extensão importante, por vários metros, quilômetros, **pari passu**, sem se misturarem. Isso decorre de uma diferença da água, por conta até da formação do leito do rio. O rio Amazonas e o rio Solimões, assim como o rio Juruá e o rio Purus, são rios em processo de formação.

Portanto, eles arrastam, porque têm um movimento de subida e descida, que é o movimento anual, passam seis meses do ano subindo e seis meses do ano descendo. Entretanto, o equilíbrio entre a subida e a descida, a cheia e a vazante, deveria ser um equilíbrio que não atingisse, que não causasse prejuízos às pessoas e à natureza. Mas, infelizmente, não é isso o que ocorre na nossa região. Aquilo que era para ser uma anomalia, repito, vem acontecendo com uma constância muito maior. E o desbarrancamento tem sido muito grave.

Cito o exemplo de uma importante cidade, uma querida cidade no meu Estado, chamada Boca do Acre, que fica não na calha do Juruá, mas na calha do Purus. A cidade de Boca do Acre tem o Platô do Piquiá, como a população de lá chama, que foi a nova cidade construída em decorrência de que boa parte da cidade de Boca do Acre, o centro antigo da cidade, a concentração urbana antiga ter sido construída pelo rio Purus.

Então, o desbarrancamento ocasiona problemas profundos e, muitas vezes, problemas graves que não são vistos, uma boa parte das vezes, pelas autoridades nacionais como deveriam ser vistas. Isto porque não é uma manifestação que ocorre em uma grande cidade, e sim em uma cidade distante, uma cidade pequena, de 20, 30 ou 40 mil habitantes. E isso pouco chama a atenção do País, como um todo, e, muitas vezes, infelizmente até mesmo do Governo Federal.

Então, a necessidade de uma presença permanente, constante na região dos governos do meu Estado, o Amazonas, assim como do Acre e do Governo Federal é imprescindível não só para levar o socorro humanitário a pessoas que estão precisando, que perderam os seus pertences, que perderam os mecanismos naturais de sobrevivência, mas também para evitar que catástrofes maiores posam acontecer. A remoção de famílias que vivem em áreas de risco também tem sido muito importante.

Sr. Presidente, quero destacar que o Governo do Estado do Amazonas deflagrou a operação de socorro

do Juruá. É uma operação que vem ocorrendo pela via fluvial e pela via aérea. São equipes da Defesa Civil do Estado do Amazonas, que se deslocam da capital, principalmente, e de vários Municípios do interior para as regiões e para os Municípios mais atingidos levando apoio a essas pessoas e a essas comunidades.

Já foram distribuídos, inicialmente em três Municípios, algo em torno de 50 toneladas de alimentos; itens de limpeza e de higiene pessoal, que são muito importantes para se evitar qualquer tipo de manifestação de doenças que vêm com a chuva, que vêm com as enchentes. Foram distribuídos medicamentos. Enfim, o governo do Amazonas tem feito uma mobilização interna no sentido de socorrer as pessoas afetadas desses sete Municípios a que já me referi.

O Ministério da Integração Nacional, assim como a Marinha do Brasil, o Governo Federal vem contribuindo também não só com o envio de técnicos e alimentos, mas com ajuda. A Marinha, por exemplo, já disponibilizou uma série de suas unidades para ajudar as pessoas. São lanchas do 9º Distrito Naval que estão sendo deslocadas para a área; são navios como o Dr. Montenegro, de assistência à saúde, que estão próximos, entre as cidades do Acre e do Amazonas, para dar atendimento às pessoas; navios bem equipados, do ponto de vista da assistência à saúde, alguns deles até contando com UTI pediátrica; além do envio de profissionais da Marinha, da área de saúde.

Sr. Presidente, quero, desta tribuna, solidarizar-me com a população. Eu gostaria de citar o Prefeito Dissica, de Eirunepé, que tem feito uma grande mobilização em favor da sua gente, do seu povo; citar também o Prefeito Hélio, de Guajará, e todos os prefeitos desses Municípios que estão sendo extremamente atingidos. Sei que eles estão tendo muita responsabilidade nessa hora, nesse momento e, muito mais do que responsabilidade, estão tendo atitudes solidárias com a população. Assim como o poder público, é importante que se destaque que, nessas horas, a própria população da região tem sido muito cooperativa. Aliás, o que faz a beleza da região amazônica não é apenas a sua natureza, o que faz daquela região uma bela região também é a grandiosidade, a generosidade do seu povo, da sua gente; uma gente, em geral, muito humilde, de muito poucas posses – quase nada de posses –, mas muito solidária uns com os outros, quando essa necessidade se manifesta, quando essa necessidade se apresenta.

Então, eu aqui não só presto a minha solidariedade, mas registro que a nossa Bancada, a Bancada federal do Amazonas, assim como, tenho certeza, a bancada do Estado do Acre, nós estamos em prontidão, nós estamos em alerta para todo e qualquer

tipo de ajuda. O que for preciso de nossa mobilização para ajudar essas pessoas que sofrem mais uma vez esse problema, sem dúvida nenhuma, a nossa bancada assim fará.

Sr. Presidente, falando em anomalias – e venho a esta tribuna, infelizmente, para falar ora da enchente, ora da seca, da estiagem em excesso –, isso nos remete mais uma vez à questão das mudanças climáticas. Eu não estaria sendo honesta, nem justa, nem correta, do ponto de vista científico, se chegasse a esta tribuna e afirmasse que são essas manifestações decorrentes das mudanças climáticas. Não posso fazer isso. Entretanto, é preciso que invistamos cada vez mais, o Brasil principalmente, recursos em pesquisa para exatamente localizar quais são os problemas. Pelo que tudo indica, essa antecipação das chuvas, e não só a antecipação, mas a chuva exagerada, a enchente exagerada vem acarretando transtornos para Municípios do Amazonas e do Acre. Essa manifestação tem sido, de acordo com cientistas, com meteorologistas, uma influência direta do efeito La Niña, que significa um resfriamento das águas do oceano Pacífico; além disso, o fenômeno ocorre devido a uma quantidade excessiva de chuvas na Cordilheira dos Andes, e ainda devido a outro fator que piora a situação: uma influência da atuação da zona de convergência do Atlântico Sul. Isso faz com que haja um desequilíbrio na manifestação natural dos efeitos climatológicos, e ocorrem esses desastres.

Quero dizer que ficamos muito na torcida porque não podemos fazer nada para mudar a realidade, mas é preocupante o nível já de elevação das águas da calha de outros rios na minha região.

Eu estive recentemente no interior do Estado do Amazonas. Fui ao Município de Beruri, que é logo no início da calha do Juruá, e lá ouvi depoimentos não só do prefeito, mas de pessoas que ali vivem, os ribeirinhos. Fui até a uma comunidade, tive o prazer de ir a uma comunidade, uma comunidade muito distante; fui com o prefeito participar da inauguração de um centro de saúde, um posto de saúde, e da entrega de várias casas para agricultores. Muitas vezes, ao citar o Minha Casa, Minha Vida, falamos apenas daqueles que vivem nas cidades. E, durante muito tempo, durante muitos anos, os projetos habitacionais eram muito focados e dirigidos para as grandes cidades, para as grandes metrópoles, principalmente, mas agora nós já estamos mudando um pouco essa realidade. Tem sido muito viva, muito presente a atuação do governo de alguns Estados brasileiros, sobretudo o Governo do meu Estado do Amazonas, e do Governo Federal no sentido também de levar mais dignidade a quem vive no campo, a quem, com muita dificuldade e ganhando

do muito pouco, produz o alimento para aqueles que vivem nas cidades.

Então, eu estive em uma comunidade no Município de Beruri com o Prefeito José Antônio, e lá, além da inauguração do posto de saúde, tivemos a entrega de várias casas populares. E percebi que algumas delas já haviam sido entregues. E não eram casas construídas pelo Governo do Estado, porque essas foram construídas através de uma parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas, e outras construídas pelo próprio Incra naquela comunidade, que já haviam sido entregues às pessoas.

E lá eu conversava com os ribeirinhos, e eles colocavam a sua preocupação em relação à subida exagerada e antecipada do nível de água dos rios.

Quero e espero que não vivamos esse problema que está ocorrendo nas calhas do rio Acre e do rio Juruá, e que não ocorra esse mesmo fenômeno em outras calhas, principalmente na calha do Amazonas, na calha do Madeira, enfim de tantos outros rios que banham a nossa região.

Mas eu concluo, Sr. Presidente, entrando nesse aspecto e dizendo da necessidade de investirmos, cada vez mais, na pesquisa e no estudo desses fenômenos climatológicos. Precisamos estudar, cada vez mais, não só para a segurança da população, mas para a própria segurança do nosso País.

O investimento em pesquisa nessa área ambiental no Brasil, mas principalmente na região amazônica, é fundamental. Temos um fundo que foi constituído há não muito tempo, Sr. Presidente. Depois de quebrar uma série de tabus, de dirimir uma série de dúvidas, uma série de divergências, o Governo brasileiro, o Governo central constituiu o Fundo Amazônia. Trata-se de um fundo nacional para tratar da Amazônia brasileira.

Aliás, é bom que se diga que, de acordo com a regulamentação aprovada por nós, pelo Parlamento brasileiro, até 20% desses recursos podem ser utilizados e compartilhados com outros países do bioma amazônico que não o Brasil. Trata-se de um dinheiro que o Governo brasileiro capta interna e externamente, e até 20% dele pode ser aplicado em outros países. Exatamente em razão disso, o Brasil se responsabilizou pelo monitoramento do desmatamento da Amazônia – não mais do desmatamento da Amazônia brasileira, Presidente Senador Aloysio Nunes, mas pelo desmatamento da Amazônia global.

Então, o Brasil, através dos satélites, controla diariamente a evolução e a situação desse bioma tão importante para o Planeta, que é a Amazônia, disponibilizando, de forma gratuita, para o governo do Peru, para o governo da Bolívia, para o governo da

Venezuela, enfim, para o governo de todos os países, como a Colômbia, que tem não só a fronteira, mas também compõe o bioma Amazônia, esses dados que são fundamentais para a elaboração e execução de políticas públicas.

Então, estou aqui com uma matéria interessante, publicada recentemente no jornal **O Estado de S.Paulo**, cujo texto é o seguinte: *Amazônia é a Fronteira Energética de Recursos*. Diz a matéria, na sua parte destacada, que sobram recursos, mas falta consenso sobre o seu uso na maior floresta tropical do Planeta. Isso não só em relação às hidrelétricas, porque o maior potencial de geração de energia hidrelétrica do Brasil está localizado na Amazônia, mas ainda não resolvemos um problema que, para nós, é crucial e elementar: como entrosar o desenvolvimento sustentável, ou seja, como garantir que o desenvolvimento econômico-social também esteja em respeito, em consonância com a questão ambiental. Esse é um passivo que o Brasil ainda tem.

Quero dizer que, este ano, aqui no Senado, estarei muito dedicada a esse tema. Eu coordeno, na Comissão de Desenvolvimento Regional desta Casa, presidida pelo Senador alagoano Benedito de Lira, uma subcomissão que trata de questões relativas à Amazônia. O Senador Wellington coordena a subcomissão que trata do Nordeste. E, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, há outra subcomissão que trata de fronteiras do Brasil, coordenada pelo Senador Mozerildo Cavalcanti. Este ano já tivemos vários contatos, várias reuniões, inclusive com nossas assessorias, e nós realizaremos grandes eventos, Presidente, no sentido não só de debater a Amazônia, mas também de ajudar o Brasil a encontrar o caminho para o desenvolvimento da Amazônia.

Eu falava aqui de um fundo importante, e o primeiro recurso aportado para esse fundo veio sabe de onde, Senador Aloysio? Veio da Noruega. A Noruega, como todos sabemos, tem uma atividade importante na área da pesca: produz o bacalhau que o mundo inteiro consome. Nós também estamos começando a produzir na Amazônia o bacalhau da Amazônia. Mas a Noruega tem um fundo grande porque tem uma grande atividade petrolífera. Sabem eles, sabem os seus cientistas que o regime de clima, de chuvas da Amazônia interfere diretamente no clima da Noruega. Então, para que eles protejam o meio ambiente de lá, é preciso investir aqui também, porque essas áreas de convergência, esses sistemas de chuva atingem não apenas países ou localidades fronteiriças de um continente: os reflexos são sentidos de um continente para o outro.

Este é o ano da Rio+20, e, no ano da Rio+20, nós, que aqui representamos a região amazônica, temos a obrigação de colocar esse tema na ordem do dia, porque o tema da Rio+20, Sr. Presidente, é exatamente o desenvolvimento sustentável. É como garantir a defesa ambiental, mas combatendo a pobreza, combatendo a miséria, combatendo a exclusão social. E não há tema melhor para nós da Amazônia do que esse.

Então, é preciso que a gente busque a aplicação de políticas corretas. Temos políticas boas. Nós temos, por exemplo, o PAS.

O que é o PAS? Plano Amazônia Sustentável, um documento importante aprovado pela primeira vez e revisto em vezes posteriores no primeiro mandato do Presidente Lula com os nove Governadores dos Estados da Amazônia, um documento importante, mas precisa se transformar em realidade.

Então, eu me dedicarei muito, Senador Pedro Simon, este ano, aqui no Senado Federal, a este tema, com o objetivo claro de fazer as coisas acontecerem.

Na Câmara, quando eu presidi a Comissão da Amazônia da Câmara, fizemos um grande simpósio. Foi o primeiro simpósio. Hoje deve estar na sexta edição. Mobilizamos todos os Estados brasileiros. Andei com o Ministro Mangabeira Unger, à época Ministro da questão estratégica do Brasil. Andamos pela região inteira, levamos todos os Ministros – da Cultura, do Esporte, do Desenvolvimento Regional –, todos. Mas levamos mesmo, a comunidades da região.

Gilberto Gil cantou, à época Ministro da Cultura, numa comunidade isolada lá numa área de preservação ambiental chamada Mamirauá. O Senador Aloysio sinaliza que conhece, que pelo menos já ouviu falar ou que lá esteve. É de lá que sai o pirarucu que hoje está sendo processado como o bacalhau da Amazônia, um projeto do Governo do Amazonas, com apoio do Finep, um órgão de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento brasileiro.

Então, Sr. Presidente, levantando essa questão da cheia que atinge parte do meu Estado e do Estado do Acre, eu levanto, do ponto de vista mais estratégico, a necessidade de o Brasil tomar nas suas mãos aquilo que é a sua maior riqueza. Falamos da energia, mas eu poderia falar do minério, eu poderia falar de muitas outras coisas que a Amazônia tem a dar e a oferecer não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro. Afinal de contas, a Amazônia brasileira é um patrimônio do povo brasileiro, cujos benefícios podem ser sentidos pelos povos de todo o nosso Planeta.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou com tantos assuntos que não sei por onde começar. Então, vamos começar pela minha curiosidade.

Para qual escola de samba V. Ex^a torce em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Senador Simon, eu, como corintiano, torço pela Gaviões da Fiel.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, dessa vez, não torceu.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Dessa vez, fiquei aqui em Brasília, acompanhei pela televisão. O melhor lugar para se passar o carnaval é em Brasília.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Dessa vez, V. Ex^a não acompanhou a Fiel. É a vida do Lula.

Desagradável o que aconteceu na apuração. Desagradável mesmo!

Eu achei bonito. Não vi, mas me contaram. A história do Lula, independentemente de qualquer coisa, foi uma coisa muito inteligente, muito inteligente.

Eu passei o fim de semana no Rebanhão. Já faz anos que faço isso. O ginásio de esportes daqui de Brasília estava lotado dessa vez. O *Correio Braziliense* fala em 10 mil; na verdade, havia 15 mil. Distribuíram 10 mil hóstias, e eu fui um dos cinco mil que não receberam porque não havia mais. Foi muito mais do que se imaginava. Fiquei emocionado de ver aquela gurizada. Em primeiro lugar, sou fã da Igreja carismática; com todo o respeito à Igreja tradicional, eu acho que ela dá mais vida, dá mais alma. Aquela gurizada... O ambiente era quase de carnaval, na alegria, na felicidade com que eles se manifestavam. Falarei em outra oportunidade sobre isso.

Mas, realmente, meu querido Senador Rodrigo Rollemberg, foi algo emocionante de se ver. O Carnaval é uma festa gostosa; é normal a participação do povo, mas é compreensível também que haja outros movimentos. E este, o Rebanhão, da Igreja carismática e da Canção Nova, foi sensacional!

Eu venho continuar um discurso do querido amigo Rodrigo Rollemberg. Algumas pessoas me acham até repetitivo. “Poxa, Simon, tu tens que mudar a faixa!” Mas é que com 82 anos, 32 dos quais nesta Casa, brigando e batendo na mesma tecla, estou vivendo um momento de euforia. Estou vivendo um momento de muita felicidade! Às vezes as pessoas me perguntam, inclusive juízes, falando comigo: “Senador, uma pessoa como tu, que lutou pela liberdade, não entende a importância do princípio *in dubio pro reo*? Ou seja, aquele pelo qual o réu só pode ser condenado quando

a sentença for definitiva? Logo tu?” E eu digo: “Perdão, senhor; logo eu”.

Na hora dura, na hora difícil, na hora em que o Supremo não tinha condições de participar, de ter coragem de decidir... Não era como nós em Porto Alegre, onde a Assembleia Legislativa teve peito e coragem de criar uma CPI para provar que os “mãos amarradas” foram mortos e torturados nos porões do Dops. Eu fui ao Rio de Janeiro, descobri a viúva do Sargento Manoel e, com ela, voltei a Porto Alegre, identificamos o corpo e criamos uma CPI em plena ditadura. E a CPI denunciou o Coronel Bermudez, do Exército, como responsável, assim como o Secretário de Segurança, e tudo ficou na gaveta do Tribunal de Justiça de Porto Alegre. Ficou na gaveta! O promotor, um lacerdista, que teve a coragem de fazer a denúncia, não foi promovido. Foi prejudicado e boicotado durante toda a sua carreira.

Eu sempre fui a favor – e sou a favor – de dar o máximo respeito aos direitos de qualquer cidadão que esteja sendo processado, mas, com todo o respeito, não é o problema do Brasil de hoje. Não me parece que o problema do Brasil de hoje seja que pessoas estão sendo injustiçadas, presas, condenadas, ou coisa que o valha, sem o direito de defesa. Eu diria que o problema de hoje é o contrário. Foi absolvido o célebre dono de um banco, o Opportunity, apesar de ter ficado provado um bolo de escândalos que ele cometeu. Foi absolvido porque determinada escuta não teria obtido autorização. Em meio a isso, quatro, cinco anos de levantamento das corrupções, dos absurdos que ele fez, tudo foi arquivado.

Por isso, meu querido Presidente Aloysio Nunes, que eu, nos meus 82 anos, vivo um momento de euforia.

Olha, parecia que era difícil no Supremo. O Supremo era um Poder que tinha aquela sua autonomia e achava que era aquilo.

Lembro quando o Jobim, Presidente do Supremo, veio aqui falar conosco que criaria o Conselho Superior da Magistratura. Repito: nós queríamos um Conselho independente, com participação ampla da sociedade. O Presidente do Supremo Tribunal, o Ministro Jobim, nos disse: “Simon, isso não passa! Não passa! Não passa! Metade de vocês tem culpa no cartório e não passa! Para passar, tem que ser assim: pessoas que compõem o quadro. Mas fique tranquilo – disse o Jobim –, pois, quem quer que seja nomeado lá vai agir com independência, não vai ter espírito de corpo e vai fazer as coisas que devem ser feitas”. E foi o que aconteceu.

Primeiro veio o corregedor Dipp. Sensacional! Cá entre nós, até com todo o respeito, ele tinha uma qualidadezinha que a atual não tem: discrição. Tudo que está acontecendo foi ele que começou. Só que não botava nada no jornal.

A atual Ministra, excepcional corregedora, usa um pouco de manchete, e as manchetes prejudicaram e levaram para um debate negativo que quase pôs tudo a perder. Mas justiça seja feita à corregedora, que, desde o momento em que ganhou, não abriu a boca, teve grandeza, soube ganhar, teve absoluto respeito... Nota dez para ela e nota dez para o Supremo pela decisão. Um a zero.

Fique tranquilo, Supremo! Não é pelo fato de que as coisas agora estão aparecendo... Agora é que a Justiça vai começar a ser respeitada. Agora, que se vai fazer a limpeza de casos, é que a Justiça vai ter o respeito e a credibilidade de todos.

Primeiro fato: muda o Brasil. Segundo: a Lei da Ficha Limpa. Um projeto de iniciativa do povo.

Senador Rollemberg, V. Ex^a tem razão. Vamos falar cá entre nós: o próprio projeto da ficha limpa, para tramitar, teve a assinatura dos Líderes. A coisa é tão complicada, é tão difícil, é tanta exigência, que, na verdade, na verdade, os Líderes assinaram para tramitar.

Então, quando V. Ex^a diz que pode facilitar um pouco, eu concordo. Não demais, para que, de repente, não venha uma montanha de coisas que não têm significado. Mas que se pode facilitar, eu concordo. Veio aqui, foi debatido, foi discutido – e, como disse V. Ex^a, amplamente discutido, na Câmara e nesta Casa.

Vamos ser sinceros. Esse fato é muito importante. Com todo respeito, nós sabemos que há certa incompatibilidade entre Senado e Câmara. Uma: a Câmara não admite que o Senado dê a palavra final. Para a Câmara, o Senado é a casa revisora e pronto. Revisa e volta para a Câmara. A coisa mais difícil é imaginar um projeto que iniciamos aqui ir para a Câmara e voltar para cá. O máximo que acontece é entrarmos com um projeto aqui, um Deputado apresentar um igual e esse, então, vem para cá. Para mim, já havia acontecido isso: eu apresento um projeto e ele vai para a Câmara. Eu vou lá e procuro um Deputado: “Olha, apresenta esse projeto aqui e não sei o quê”. Ele apresenta. Passa lá e vem para cá.

O Ficha Limpa veio lá da Câmara. Com todo respeito, foi aprovado com ampla maioria, mas todas as informações que tenho são de que ele foi aprovado de mentirinha, para vir para cá e voltar para lá. Erros, equívocos, alguns até meio grosseiros. “Não, vai para o Senado, o Senado muda, volta para a Câmara e fica na gaveta”. E veio para o Senado. E o Senado não mudou. Emendas de montão! A sessão foi histórica aqui! Emendas de montão! Falamos com todos os líderes, de governo e oposição. Todos! Tem razão: nós tínhamos de aprovar naquele dia, porque, daí a quatro dias, o Presidente tinha de sancionar, senão, ele não valia para essa eleição. Todos retiraram as emendas e ele

foi aprovado por unanimidade. Ele foi para o Supremo e houve a confusão que nós conhecemos.

Com que emoção eu me lembro do voto da nossa querida Ministra do Supremo, lá do Rio Grande do Sul! Alguns Senadores até foram meio exagerados na crítica... Na crítica, retiro; nas perguntas. Mas, cá entre nós, os dois votos dela, no Conselho e na Ficha Limpa! O normal, na Ficha Limpa, era que ela pedisse vista. Cá entre nós, o Supremo vinha discutindo há seis meses, já tinha votado duas vezes. Ela, como diziam alguns – e disseram aqui – que veio da Justiça do Trabalho não tinha conhecimento geral da questão judiciária. O normal era pedir vista. Se pedisse vista, não valeria para esta eleição. E ela teve categoria. “A matéria é conhecida. Me esforcei, conheci, tenho condições de dar o meu voto”. E deu o voto. E o grande momento da vida brasileira foi esse, um momento histórico. Valeu a Ficha Limpa!

Mas eu não estou aqui só por causa disso. Aliás, se fosse só por causa disso, o discurso do Senador Rodrigo Rollemberg foi tão brilhante, foi tão completo, que eu não precisaria estar aqui. Mas estou aqui, nesta Quarta-Feira de Cinzas, para dizer que o assunto passou pela Câmara, vindo do povo brasileiro, passou pelo Senado, e o Judiciário votou. Votou, primeiro, atingindo na própria carne: Conselho com poderes absolutos. Votou, segundo, atingindo o Congresso Nacional, que votou entregando ao Supremo para que fizesse isso. Agora, vivemos o momento.

E eu me dirijo à Presidência da República. O Ministro Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União, sobre o último julgamento do Supremo Tribunal Federal, disse o seguinte: “A denominada Lei da Ficha Limpa haverá de tornar-se um marco no aprimoramento das instituições e na luta conta a corrupção”. Por que me lembro do Ministro Jorge Hage? Porque a imprensa vem publicando que, há seis meses, ele, a sua equipe, Chefe da Casa Civil e Ministério da Justiça estão estudando a adoção da Ficha Limpa no Poder Executivo, estão estudando a edição de um decreto-lei, por meio do qual essas teses com relação à ficha limpa sejam adotadas no Poder Executivo.

Só pode ser nomeado para cargo do Poder Executivo quem tem ficha limpa e capacidade para o cargo.

Eu quero fazer justiça. Vamos lembrar que a Presidenta da República, desde que assumiu, vem dizendo isso. Ela vem repetindo isso. Personalidade ilibada e competência para o cargo.

O Ministro Jorge Hage, e a imprensa publicou em manchete, está com o estudo pronto. E esse estudo, com a Chefia da Casa Civil, com o Ministério da Justiça e outras entidades, está chegando às mãos da Presidenta.

Meu querido Senador Aloysio Nunes, a Presidenta da República está com a caneta na mão. Se assinar agora essa decisão, ela vai ser histórica, porque assim podemos dizer: Judiciário, Congresso Nacional, classe política e Poder Executivo. Ela vai ser histórica.

Com relação à Presidenta, ela mesma já manifestou a disposição: “Farei assim no meu governo”. Mas se o Ministro Jorge Hage, o Ministro da Justiça e a Chefia da Casa Civil estão estudando essa matéria é porque na hora não é tão fácil assim.

Lamentavelmente, no Brasil, os partidos políticos estão longe de ter aquele estágio de seriedade de que precisam. Ainda agora nós vimos: o Ministro da Agricultura, o excepcional Deputado Mendes Ribeiro Filho, indicou para Presidente da Conab um rapaz de primeiríssima grandeza. Assim como a Presidenta, foi um lutador, um guerrilheiro, um exilado. Voltou, adaptou-se, entrou na vida política, foi diretor de banco, é uma pessoa excepcional. Foi para a Conab, num cargo político. A Presidenta tinha tudo para aceitar e ia aceitar, mas há um compromisso. O Líder do PMDB quer ser Presidente da Câmara no ano que vem, então, trocou o apoio da Bancada do PTB para ele ser Presidente, e botou um cidadão que eu não sei quem é, do PTB, para Presidente da Conab.

Olha, o Bona Garcia é uma pessoa fantástica, digna, correta, decente. Ele foi preso político, torturado. Perguntem para quem quiser que vai dizer: “Nota 10”.

Mas não pode. Não que a Presidenta não o quisesse nomear, mas, com os entendimentos, as fórmulas existentes, o Líder do PMDB trocou. Como ele era Líder do PMDB e o Ministro era do PMDB, o cargo, em tese, poderia ser do PMDB, ele concordou: “Não, deixa o Sr. Bona para lá. O PTB indica quem quiser”.

Eu até não sei quem é ainda. Vou ver depois. Espero que, pelo menos, a Presidenta veja quem vai indicar para um cargo dessa natureza.

Por isso é importante essa decisão. Que o Ministro Jorge Hage, que o Ministro da Justiça e a Chefe da Casa Civil levem à Presidenta, e que a Presidenta entenda.

Está no Eclesiastes da Bíblia que há momentos para tudo na vida, para rir, para chorar, para trabalhar, para descansar, mas este seria o momento exato, a hora h para a Presidenta assinar essa medida, ela iria coroar. E aí poderíamos dizer: iniciamos uma nova etapa.

E a Presidenta, pelo que vem fazendo, merece dar a grande decisão, fazer o grande gesto com relação a essa matéria.

Eu tenho muito carinho, muito respeito pela Presidenta, mas não tenho a intimidade, e lamento, que eu tinha com o Lula, que eu tinha com Fernando Henrique, com o Itamar, com o Sarney, para poder pegar o

telefone, falar. Não tenho. Se tivesse, procuraria falar com a Presidenta: minha querida Presidenta Dilma, este é um momento muito importante no seu Governo. Vossa Excelência pode fazer isso daqui a dois, três meses. Pode até ser que alguns digam: “Não precisa ser por meio de decreto. É só ter como decisão”. Mas, às vezes, há gestos que simbolizam.

O Sr. Ministro Jorge Hage, no momento em que interpretou a decisão do Supremo, ele, a rigor, falou pela senhora. Quando, lá atrás, três meses atrás, saiu uma página inteira de um estudo dele, lá estava claro, o estudo estava pronto, mas Sua Excelência não conseguia iniciar, levar a matéria adiante enquanto o Supremo não decidisse. Como é que a Presidenta da República ia tomar a decisão de adotar Ficha Limpa no Poder Executivo se o Supremo ainda não tinha decidido? Então estava aguardando. Veio a decisão. O Supremo aceitou. Agora é o momento. É o momento de Sua Excelência ter uma página em branco para assinar a aceitação. Ficha Limpa no Poder Executivo.

Tem casos que não podem acontecer. A penúltima *Veja* publicou um caso que aconteceu envolvendo a nomeação de uma pessoa muito importante. E os fatos ali são graves. E, pelo jeito, nem a Presidenta sabia. Nem nós, da Comissão de Justiça, nem nós, o Plenário, que aprovamos, sabíamos. Pelo menos para tomar conhecimento, pelo menos para discutir. Eu tenho a perspectiva e todas as informações que tenho de que S. Ex^a merece todo o respeito e que ali não tem nada que o implique, mas saiu.

Se saiu, e essa notícia que a *Veja* publica saiu dois anos atrás, como é que a pessoa passa pelo Congresso e ninguém toma conhecimento? Ninguém faz uma pergunta. É como se nada tivesse acontecido. Com o Ficha Limpa, não; essas coisas, tem de se averiguar, tem de fazer um levantamento da biografia de toda a vida do cidadão para depois ele ser nomeado.

A Presidenta tem mil qualidades. Dizem que ela tem alguns estilos de temperamento forte, que, às vezes, é meio a dona da verdade. Não se sabe como ela receberá. Não eu; estou aqui, não estou nem me atrevendo, não estou avançando, não estou fazendo propaganda. Estou falando de um fato que nasceu no Governo dela, iniciativa do Ministro Jorge Hage, com a presença do Ministro da Justiça, com a presença da Chefe da Casa Civil, e que o estudo está pronto. E só vim a esta tribuna por causa da declaração que está no *Correio Braziliense* do Ministro Jorge Hage. A declaração de S. Ex^a está dando a posição, e está tudo pronto para nós fazermos o mesmo. Será um grande momento da Presidência se ela fizer isso. Aí são os três poderes, os três poderes. Não teremos mais um esquecimento absoluto. Não se pode tocar no Judici-

ário porque atingia a honra do Judiciário? Não. Coisas erradas serão apontadas.

Eu vejo aqui a declaração do presidente do meu partido e fico muito feliz. Diz o Senador Valdir Raupp: “Eu avisei os diretórios municipais para substituir os candidatos que tivessem algum tipo de problema, antes mesmo de o Supremo Tribunal Federal aprovar”.

A orientação que o Raupp está dando aos diretórios é de que eles façam aquilo que já devia ter sido feito, mas não é feito. Então ele está dizendo: veja quem não tem ficha limpa, veja quem vai ter problema no Supremo e evite para não criar depois. Quem não tem a ficha limpa, quem vai ser impugnado, que se evite isso. Que ele sofra, que ele seja impugnado, que ele seja rejeitado, porque os partidos já estão fazendo o que sempre deveriam ter feito. Eu tenho um projeto de lei que diz: nas convenções do partido, 10% dos convencionais podem levantar e impugnar uma candidatura, desde vereador até Presidente da República. E a Comissão de Ética vai ter que analisar, debater e decidir, mas nunca ninguém levou a sério. Veja como um presidente de um partido, no caso, o meu partido, já está se antecipando. Aprovada a lei, vão preparar. E isso vai acontecer. Vai acontecer, porque todos os partidos vão dizer: “Ah, o fulano? Não, não bota o fulano, porque vai dar complicação, ele vai ser impugnado, vai ser negativo para ele e negativo para o partido”. O mesmo acontece nas indicações da Presidente.

Nós sabemos, e eu tenho dito, que o termo governabilidade, que é um termo bonito, é um termo positivo, é um termo concreto, no Brasil, é um termo que está avacalhado. Governabilidade é fazer o jeitinho para aprovar as emendas, para aprovar. Trocam cargo pelo projeto tal. A governabilidade é um escândalo no Brasil. A Lei da Ficha Limpa dará à Presidência da República condições de autoridade. Governabilidade, sim, mas cadê a seriedade?

Repito, não tenho a intimidade suficiente com a Presidenta da República, e se tivesse fazia como no tempo do Lula. Eu fui, não tive sorte, era para eu ser até membro do governo do Lula. Quando o Waldomiro, subchefe da Casa Civil apareceu na televisão pegando dinheiro do cidadão e botando no bolso e discutindo a cota da Comissão, eu fui lá no Lula e disse: “Presidente, demita”. Não demitiu. Queríamos uma CPI; o Presidente do Senado e o Presidente da República não deixaram criar; entramos no Senado e no Supremo e ganhamos, mas um ano depois; quando criamos a CPI ela já não era mais CPI do Waldomiro, era CPI do mensalão. Como não aprovou? Se o Presidente tivesse dado duro, demitido, ele estaria dando orientação ao partido dele, a orientação do governo dele. Como não deu, a coisa se repetiu.

A bola está na mão da Presidenta. Presidenta Dilma, esse é o momento, talvez o momento mais importante na orientação da diretriz do governo de V. Ex^a. Nesta Quarta-Feira de Cinzas, com muita humildade, eu me dirijo a V. Ex^a. Faça isso, atenda ao apelo do Ministro Jorge Hage e assine o decreto. Na hora a gente até pensou, e eu até falei: “Não, mas o bom é mandar um projeto para a Câmara, para o Congresso Nacional”. Aí me responderam: “É, mas manda um projeto para o Congresso Nacional, muita gente que indica é ficha suja e não vai querer, é capaz de dar uma confusão dos diabos”. Eu concordei. É melhor um decreto, é melhor um decreto bem aprovado do que uma negociação que não se sabe o resultado.

Que a Presidente Dilma, que está chegando de volta hoje a Brasília, tenha condições, que o Ministro Jorge Hage e sua equipe levem o projeto a Sua Excelência, e que Sua Excelência aprove. É o apelo que faço, quando na verdade começa o ano legislativo, na Quarta-Feira de Cinzas.

Obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Aloysio Nunes Ferreira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador Pedro Simon. Cumprimento V. Ex^a pelas suas palavras e convido o próximo orador inscrito, pelo tempo regimental, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ano legislativo, no dizer do nosso mestre, Senador Pedro Simon, costuma começar depois do Carnaval, e vai começar, meu caro Senador, como vinha sendo no início da nossa Legislatura.

Teremos na próxima semana três medidas provisórias trancando a pauta. Essa vem sendo a tônica, a regra da vida do Poder Legislativo. As medidas provisórias, que deveriam ser um instrumento excepcionalíssimo, mediante o qual o Presidente da República legisla provisoriamente, para atender às circunstâncias urgentes e relevantes, que não poderiam se compadecer do ritmo dos trabalhos legislativos. Essa medida se banalizou de tal forma que hoje o Senado só faz se reunir para apreciar medidas provisórias.

E mais, S. Ex^a disse no seu discurso que a Câmara quer impor ao Senado a condição única e exclusiva de Casa Revisora. Hoje nem Casa Revisora é mais, Senador Pedro Simon, porque as medidas provisórias já chegaram às vésperas da perda de sua validade,

como é o caso dessas que estão travando a pauta, e aí começa o apelo do Executivo: vamos aprovar assim mesmo porque senão terá que voltar para a Câmara e aí perderá a validade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente: ou vota hoje porque à meia-noite encerra o prazo. Isso tem sido a regra, a tônica do relacionamento do Congresso Nacional com a Presidente da República. A Presidente Dilma vai na mesma toada que seguiu o Presidente Lula.

Agora há pouco presidia efemeramente a sessão, e tive ocasião, cumprindo um dever regimental, de anunciar a designação do Senador Eunício Oliveira para relatar uma medida provisória que veio da Câmara. Esta medida provisória padece dos mesmos vícios que as demais: é uma mistura completa, parece os enredos de escola de samba, em que se mistura a Rainha Elizabeth com os piratas do Caribe, como uma escola que vi desfilar pela televisão neste Carnaval. Temos nessa medida provisória, por exemplo, a mistura de Agência Nacional de Cinema, café torrado, estímulo às exportações, Fundo da Marinha Mercante; tudo no bojo da mesma medida provisória.

Não adianta irmos ao Supremo Tribunal Federal. Já insistimos para que este definisse, de uma vez por todas, se esta prática é conforme ou não à Constituição. Estou convencido de que não é.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Com todo o respeito, o senhor me desculpe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Essa é uma medida que o Presidente da Câmara tinha que devolver para a Presidente da República. O problema era devolver para a Presidente da República. É contrária à Constituição. Tem um bolo de assunto. A Constituição tinha que ter claro o assunto determinado. Então, não dá nem para discutir que estamos impondo isso ou aquilo. Não. O normal é: devolva. Problema resolvido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Devolve, porque, caso contrário, é a barafunda legislativa, é a desordem legislativa que se impõe no País.

Eu não digo apenas, Srs. Senadores, do ponto de vista estrito do Poder Legislativo, que nós exercemos no Senado, como uma das Casas do Poder Legislativo Federal, mas do ponto de vista do cidadão destinatário da lei. Ele não sabe mais a que lei obedecer, de tal maneira as leis são confusas, atrapalhadas e misturadas.

Eu dizia que o ano legislativo continua como começou essa legislatura: medidas provisórias.

A Presidente Dilma deve voltar hoje do descanso de Carnaval. Passou o primeiro dia de descanso na sua Caxias do Sul, prestigiando a Festa da Uva. E, depois, recolheu-se com a família para um descanso na praia de Inema, Bahia. Ela merece o descanso.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Cá entre nós, é um descanso merecido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Merece o descanso. É uma pessoa dedicada, vai a fundo no seu trabalho, um trabalho árduo, pesado. Merece o descanso. Mas vai encontrar uma quantidade de problemas, Sr. Presidente, que assombram já esse seu segundo ano de mandato, porque são problemas herdados não do seu primeiro ano, mas alguns com raízes no mandato anterior.

Veja, no seu primeiro ano de mandato, houve um recorde na história da República, ou como diria o ex-presidente Lula “nunca antes na história deste País” se havia visto o que constatamos no primeiro ano do Governo da Presidente Dilma: oito Ministros afastados, acusados de corrupção.

É realmente um recorde absoluto. Fosse parlamentarismo, o governo teria caído, teria trocado o governo. Mas temos o presidencialismo, a Presidente trocou, trocou a cabeça dos Ministérios, mas continua por baixo o corpo, em grandes extensões dos Ministérios, cujos titulares foram trocados, continua o mesmo sistema de partilha de cargos entre partidos políticos, sem levar em consideração a competência, técnica e muitas vezes conhecendo a ficha pretérita do ocupante do cargo.

A Presidente, Senador Pedro Simon, faria bem se editasse o decreto a que V. Ex^a se referiu, que estaria em estudos nos gabinetes do Governo. Mas, a rigor – se esse decreto teria uma função pedagógica, simbólica, para marcar um recomeço –, a rigor ela não precisaria dele. A lei da Ficha Limpa, sim, precisaria ser validada pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que ela alterava regras no Direito Eleitoral.

Agora, a nomeação de titulares de cargo do Poder Executivo é uma prerrogativa exclusiva do Presidente da República. Cabe ao Presidente ou à Presidente, no caso, por um decreto seu, nomear. Nada impediria que a Presidente tivesse o cuidado de examinar a ficha de cada um daqueles que ela nomeou ou que herdou do Governo passado. Ainda baixasse esse decreto, repito, politicamente importante pelo seu efeito simbólico, a vigência desse decreto não a dispensaria de fazer o que já deveria ter feito que é examinar, diante de cada nomeação, qual é a vida passada daquele que se propõe a ocupar determinado cargo.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a tem toda razão. Aliás, tentei fazer o meu pronunciamento. Isso deveria começar no partido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim. Não precisava de lei. E o meu partido também. Todos que tenham culpa no cartório.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Como é que vou indicar para Ministro um cara que tem uma ficha suja? Como é que eu vou indicar para ser diretor do fundo um cara que sei ter três, quatro processos? Não pode! No entanto os partidos estão indicando. No entanto, os partidos estão indicando, têm indicado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E teima para colocar no cargo.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – E tem posto, tem posto! Há casos em que nós estamos vendo “ou indica o fulano, ou nós caímos fora do Governo”. E esse decreto, que é um gesto... V. Ex^a tem toda razão, ela nomeia quem quiser, mas nomeia quem não quer. Mas é um gesto que facilitaria para ela na hora, ao dizer: não, tem um decreto aí dizendo que tem que ter ficha limpa e esse aqui não tem. Nesse sentido que acho que ela vai abrir mão de algo que é dela. Abrir mão em tese porque, se quiser, nomeia de qualquer jeito, não tem que dar satisfação. Mas ela vai abrir mão... E é uma força que vai ter perante esse grupo de partidos, todos eles, a começar pelo meu e a continuar pelo PT – que é pior que o meu hoje. É uma forma que ela tem para tentar selecionar. É nesse sentido que estou falando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo inteiramente com V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É importante dizer que começa pelo Partido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem força política, tem um símbolo político. Agora, aí entramos no tema da governabilidade, que V. Ex^a tão bem abordou no seu discurso.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Palavra bonita.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Palavra bonita, mas a prática... “por fora bela viola, por dentro pão bolorento”. Porque se o Ministro da Agricultura, homem que eu conheço, político exemplar, honrado, competente, espírito público, não pode nomear uma pessoa de sua confiança para presidir a autarquia mais importante do Ministério? E complicada! Nós sabemos o quanto é complicada! E quantas complicações, quantos esqueletos havia lá, e há ainda. No momento em que o Ministro Mendes Ribeiro não pode nomear porque o Presidente do seu Partido, o Líder do seu Partido na Câmara impõe a ele um outro nome.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Ele não, a Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Presidenta, aí nós já não estamos falando em governabilidade, nós estamos falando em abuso de confiança e em erosão da confiança política, na erosão do prestígio político do Ministro. Da mesma forma com o Ministro da Fazenda. Nós assistimos há pouco aquela polêmica ridícula se foi ou não foi o PTB que indicou o Presidente da Casa da Moeda. Ora, no momento em que o Ministro da Fazenda precisa da benção de um partido político para nomear o presidente da Casa da Moeda do Brasil, onde nós estamos?

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me, V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É a maneira como está colocada é muito engraçada. Diz o Presidente do PTB que a indicação não é do PTB, é do Ministro, e que o Ministro pediu ao PTB... (*risos*) o Ministro da Fazenda precisou que o PTB indicasse o nome que ele indicou para sair.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É de um ridículo atroz, que desmerece um bom Ministro, que é o Ministro Guido Mantega, que precisa ter autoridade, autoridade política para poder conduzir o seu Ministério. V. Ex^a diz: aí o Partido ameaça sair do Governo. Não sai, não. Não sai. Sai no final, se o Governo não for bem. Se o Governo vai bem, é como um contrato de *leasing*, não há uma compra, mas uma cessão a termo, que pode se converter ou não, pode se prolongar ou não. Não sai! Posso dizer a V. Ex^a que não sai.

E a Presidente vai perdendo a oportunidade de fazer um governo que não se limite a simplesmente ir tocando a navegação de cabotagem e vai perdendo a oportunidade de se servir do enorme prestígio político e da confiança que Sua Excelência tem perante a população para fazer aquilo que precisa ser feito, para que o Brasil deixe de andar em círculos.

Eu quero aqui discrepar da tônica triunfalista com que os Senadores da situação apresentam o quadro econômico brasileiro: estamos crescendo, quinta economia do mundo, inclusão social. Veja, Sr. Presidente, foi uma enorme decepção para a Presidente Dilma, seguramente, o anúncio do índice de crescimento do Produto Interno Bruto, no seu primeiro ano de governo: 2.7. Na América Latina, apenas dois países cresceram menos que o Brasil: El Salvador, 1.7, e Cuba, 2.5; o Brasil cresceu 2.7.

O governo começou com o anúncio, um prognóstico de pelo menos 5% de crescimento do PIB. Agora

mesmo, recentemente, o Ministro da Fazenda anuncia que vamos crescer 5% no ano. Mas como? Como? Basta crescer um pouquinho, o demônio da inflação põe para fora o rabo. A inflação está em torno dos 6% ao ano, muito longe do centro da meta de 4,5%. Cresce um pouco, já vem a ameaça da inflação. Para conter a inflação, precisa subir os juros; subindo os juros, valoriza-se excessivamente o real e se prejudicam as exportações; a indústria continua a sua trajetória quase que inexorável rumo à destruição completa. Aí pedem medidas de benefícios fiscais para compensar o câmbio desfavorável. Isso redundará em perda de receita. Agrava-se a situação fiscal do País. É esse o círculo em que nós estamos metidos.

E agora se anuncia: teremos grandes investimentos neste ano de 2012, obras de infraestrutura. A Presidente agora vai monitorar tudo direitinho, com uma lupa, acompanhar as grandes obras de infraestrutura. Infelizmente, o que se viu no primeiro ano não foi isso.

A começar por uma obra vistosa e importante como a da transposição do rio São Francisco, que parou e não se sabe quando vai recomeçar. Talvez a lupa da Presidente possa impulsionar o seu andamento.

Incompetência em alguns casos e, em outros casos, decorrência das crises que envolveram titulares de Ministérios que foram atingidos por denúncias de corrupção e que não tiveram mais condições de tocar a máquina sob seu comando.

Problemas a serem resolvidos não faltam. Força política, se contarmos a maioria parlamentar, a soma de Partidos que apoiam a Presidente da República não lhe faltam; seguramente prestígio não lhe falta. Os partidos que a apoiam, as coisas se complicam. É o “toma lá, dá cá”; é a faca no peito e um clima entre eles que não é propício à criação de uma sinergia positiva capaz de dar sustentação a um governo reformador. Pelo contrário, não fale de um petista na frente de um peemedebista. E os petistas olham com desconfiança a desenvoltura política do competente Governador de Pernambuco Eduardo Campos. O PR, nem se fala: encostado de lado, não se sabe se no governo ou fora; vota com o governo, mas não está no governo.

A Presidente Dilma recomendou ao seu Ministro do Turismo, o competente e correto Gastão Vieira, Deputado pelo Maranhão, a leitura de uma biografia daquele que Fernando Pessoa chamou de “imperador da Língua Portuguesa”, Antônio Vieira. Uma biografia escrita pelo historiador Ronaldo Vainfas. Seguramente, Sua Excelência devia ter na memória o celebre sermão pregado por Antônio Vieira no Maranhão, o Sermão de Santo Antonio aos Peixes, em que o Padre Vieira usa de uma figura de retórica. Ele queria condenar a prática da escravização dos indígenas pelos colonos

luso-brasileiros. E fez como se eles fossem os peixes destinatários de um discurso de Santo Antônio. Depois de louvar-lhes as virtudes, Padre Antonio Vieira se dirige aos colonos, transfigurados em peixes na sua retórica, e diz a eles o seguinte: “A primeira coisa que me desedifica em vós, peixes, é que vos comeis uns aos outros. (...) Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos.”

Penso que foi essa pastagem do Sermão de Santo Antonio que fez com que a Presidente Dilma recomendasse a leitura da biografia do Padre Antonio Vieira ao Deputado maranhense que ocupa o Ministério do Turismo: peixes que se comem uns aos outros.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Não entendo. Ler a biografia para aplicar no Turismo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para se inspirar por essa grande figura da Língua Portuguesa.

Aliás, foi uma boa troca. O Ministro Gastão Vieira é um homem correto; foi uma boa escolha da Presidente, não tenho dúvida nenhuma.

Mas o que eu dizia, Srs. Senadores – eu queria continuar na senda da minha...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Correto eu também sou. Agora, se me botassem no Turismo, sou um zero total, porque não entendo coisa nenhuma. Eu seria um fiasco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não seria. Não seria, Senador, sabe por quê? Porque V. Ex^a formaria uma boa equipe. V. Ex^a iria atrás do que existe de melhor...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Se deixassem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a não ficaria se não deixassem. E teria apoio: o apoio do Congresso, o apoio da opinião pública e o apoio da Presidente. É preciso romper essa casca para que o País enfrente os problemas que tem de enfrentar. Por exemplo, há um problema que nós aqui no Congresso temos de enfrentar e que, se a Presidente não participar da sua solução, ela não sairá. Refiro-me ao conjunto de temas que se entrelaçam sob o nome de “questão federativa”: a questão dos *royalties* do pré-sal – V. Ex^a é autor de um projeto nessa linha; a questão da guerra fiscal; problemas do Fundo de Participação dos Estados, considerado inconstitucional, ou melhor, cuja lei regulamentadora foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. É preciso enfrentar essas questões.

É preciso fazer uma reforma tributária, ainda que seja fatiada. A Presidente anunciou uma reforma tributária fatiada, e até agora não se viu fatia nenhuma! Como é que vamos tornar o País competitivo se os

investimentos e as exportações carregam uma carga tributária do tamanho da que lhes pesa sobre os ombros? Aí se diz: não, mas esses setores, depois, recebem de volta uma parte do imposto que pagam; são credores do Governo. Só que, para receber esse crédito, são anos e anos e anos.

Há questões que precisam ser enfrentadas no âmbito político, da reforma política, do sistema eleitoral brasileiro, do sistema recursal brasileiro.

A votação do projeto da Ficha Limpa colocou na pauta um tema importante, crucial, que é o tema da coisa julgada, a partir de que momento de um processo se verifica a coisa julgada. O Supremo Tribunal Federal tinha um entendimento de que a coisa julgada só se verificaria depois de esgotados todos os recursos a que uma causa pode ser submetida. A decisão sobre a aplicação da Ficha Limpa muda, de certa forma, a ótica de como o Supremo vem encarando essa questão. Admite a coisa julgada para o efeito jurídico a que se referiu o Senador Rollemberg, ou seja, vedar a participação nas eleições a partir de um pronunciamento de um órgão colegiado, que se entende um órgão de segunda instância.

Mas isso tem que ser resolvido, isso tem que se enfrentado, como têm de ser enfrentados os problemas da segurança pública, a questão carcerária.

Ora, tudo isso exige uma visão do País, uma visão dos seus problemas e da solução. Exige liderança, força política, capacidade de agregação. E o meu sentimento, meus caros colegas Senadores, é o de que a Presidente Dilma vem desperdiçando essas condições que ela reuniu, pois ela não foi um poste na eleição, foi alguém em que o Presidente Lula pinçou na sua equipe, mas se mostrou, ao longo da campanha, capaz de receber o apoio, e foi uma boa candidata.

Eu lamento que, por se manter apegada às rotinas do passado, ao rame-rame da administração, Sua Excelência deixe de ser uma grande Presidente.

Ouçó V. Ex^a, Senador.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe estar lhe apartando ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, para mim é um prazer e uma honra.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ... em um discurso tão brilhante de V. Ex^a, mas agora eu vou cometer uma imprudência. Eu sou fã de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu me emociono quando vejo uma biografia de V. Ex^a. É daqueles homens que eu vejo... Quer dizer, é V. Ex^a, foi o Bona Garcia, a que me referi agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah! Foi o Bona que... Eu conheço!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É o Bona Garcia, que foi um lutador, foi um subversivo, foi para o desterro, foi torturado. Sofreu tudo, resistiu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E é um homem de grande qualidade, um homem honrado!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Assim que nem a Dilma, se integrou na vida política e aí foi diretor – nós mexemos com ele –, nós o indicamos como diretor do Banco do Rio Grande. Daí os banqueiros o escolheram como presidente da associação dos bancos. E aí nós dissemos a ele: “Bona, aí já é exagero (Risos.) Tu vais ter que explicar, Bona, porque diretor do banco, é um banco estatal, tu foste indicado, tudo bem. Agora, todos os bancos te escolheram como homem da confiança deles?” Mas é uma demonstração de quem ele é. Ele é um homem mil por cento. V. Ex^a é desse estilo. Sou seu admirador nesse sentido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a teve uma luta lá e teve uma luta aqui. Só lamento uma coisa: V. Ex^a tinha de estar na presidência do PSDB, tinha de estar no comando dessa questão. Penso que é muito importante para o Brasil o momento que estamos vivendo. É muito importante! Em primeiro lugar, não é muito bom PT/PSDB; o bom é que a questão fosse mais eclética. Agora, dentro desse contexto, eu acho que o PSDB tem que fazer alguma coisa. Eu acho que o Serra tem que ter coragem e tem que topa ser candidato a prefeito. Desculpe-me: há coisas na vida que acontecem... O ideal, o normal dele seria que ele fosse candidato a presidente da República. Até entendo! Ele já foi prefeito. Há um lado negativo no fato de ele ter sido prefeito, porque ele foi prefeito, prometendo não renunciar, e renunciou... Quer dizer, isso é uma coisa que vai ser cobrada, mas acho que, neste momento, tudo se está voltando para isso. Parece piada, mas é verdade. Na eleição para presidente da República, daqui a dois anos, a grande preliminar decisiva é a prefeitura de São Paulo. É a prefeitura de São Paulo! No momento em que o Lula colocou candidato, o candidato não é ele, é o Lula. Quer dizer, assim como ele fez com a Dilma, com uma diferença: a Dilma tinha vida, tinha história, tinha biografia. Esse não tem. A Dilma, é claro, foi candidata do Lula, mas ela, na campanha, subiu por conta própria, pela biografia dela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Esse rapaz é um belo rapaz, diga-se de passagem, tenho a

melhor impressão dele, etc. e tal, mas é o Lula! Então, a coisa ficou de tal maneira que eu acho que o Serra deveria topa. Acho que é um grande pleito, espetacular, mas decida de uma vez! Essa demora está muito sem graça. Aquela charge que saiu foi muito chata, mas meio verdadeira: vai para lá, vai para aqui, e o Serra bate no poste. Vai ser candidato, não vai ser candidato, e ele bate no poste. Eu acho que V. Ex^a, como líder dele, poderia decidir nesse sentido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – O PSDB, se desse uma posição importante, de destaque a V. Ex^a, tenho certeza de que a coisa lá seria diferente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Pedro Simon. V. Ex^a sabe o carinho e a admiração que tenho por V. Ex^a e a honra que significa ser seu colega no Senado da República.

Muito obrigado por suas palavras.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Anibal Diniz, com prazer, ouço suas considerações.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Permita-me a honra de um aparte a V. Ex^a e também ao digno Senador Pedro Simon. Em primeiro lugar, começando pelo final, essa presença do Ministro Haddad agora, como candidato a prefeito de São Paulo, com a clara e inequívoca participação do Presidente Lula, é algo que indiscutivelmente o habilita para disputar. E me parece que, como fiel da balança nessa discussão, lá está o Serra numa dúvida atroz: se aceita ou não aceita disputar. Bom, os articulistas todos revelam que, em que pese o PT disfarce, ele, certamente, preferiria disputar a prefeitura de São Paulo sem a presença do Serra. Mas, certamente, qualificaria mais. Eu acho que ficaria mais ideológica essa campanha com a presença do Serra, e eu concordo nisso com o Senador Simon. Agora, em relação àquela proposição defendida aqui pelo Senador Simon e referida em seu pronunciamento, eu acho que é uma questão até de lógica que a Presidenta Dilma vá, sim, assinar, digamos, a sua exigência de ficha limpa para os ministros. E acho que é até uma questão de inteligência porque presidente nenhum, nem a Presidenta Dilma, nem qualquer outro que venha a sucedê-la, vai convocar alguém que tenha comprovadamente uma ficha suja para compor o seu ministério. O que acontece é que, infelizmente, a imprensa brasileira fica esperando, primeiro, o sucesso de alguém para depois atacá-lo. Na medida em que alguém ocupa um cargo de confiança, aí, sim, a vida

pregressa dele é revelada. Por que é que não tem uma ficha permanentemente ao alcance das pessoas? Isso não acontece no Brasil. E aí, parafraseando o nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, parece que, no Brasil, quem ganha eleição está condenado a carregar o atraso. E a advertência que ele fez foi uma advertência **a posteriori**, porque é natural que é mais fácil a gente analisar olhando para o passado e não para o futuro. E o Presidente Fernando Henrique, depois de terminado o seu governo, assumiu que, realmente, carregou o passado e estava preocupado que, de agora em diante, o Brasil fosse carregado pelo passado, digamos, pelo atraso. Eu acho que nós temos todos de ter um discurso uníssono, no sentido de fazer com que o Brasil tenha que melhorar cada vez mais na política e, cada vez mais, melhorar na qualidade das pessoas que estejam à frente. E, nesse sentido, eu tenho certeza de que a Presidenta Dilma está fazendo a sua parte, porque, em todas essas discussões, quando o Ministro veio à baila como suspeito, com o nome exposto, ela não se negou a tomar uma atitude firme. Nesse sentido, eu tenho que testemunhar a favor da atitude dela e acredito que ela tem feito o melhor que pode para manter o Brasil nos trilhos, e isso a Oposição há de convir que não é retórica. Ela tem feito, tem tomado atitude e não tem deixado sem resposta essas situações todas que têm sido levantadas, primeiro, pela imprensa e, depois, como sempre feito o palanque, pela Oposição. Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu que agradeço. Agradeço a V. Ex^a o aparte, assim como ao Senador Pedro Simon.

Naquilo que se refere ao meu companheiro José Serra, vejo nesses apartes o reconhecimento da grande qualidade de homem público que ele tem. Agora, se ele está em dúvida ou não, se está pensando ou não, vamos deixar que o tempo resolva e ele mesmo resolva.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Dúvida compreensível.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dúvida compreensível, claro. Mas, de qualquer maneira, eu creio que o Serra, candidato a Prefeito, seria um grande candidato e um grande prefeito, como o foi quando passou pela prefeitura.

Agora, não tenho, Senador Aníbal Diniz, a mesma leitura de V. Ex^a com relação aos episódios recentes. Seria de se espantar se tivesse, mas o fato é que existe um processo, quase que um processo, um balé ensaiado: vêm as denúncias, a Oposição tenta convocar, o Governo barra, quando se trata de um Ministro petista; quando não se trata de um Ministro petista, ele vem, arma-se toda uma rede de proteção, depois

ele volta para o seu lugar, já muito esvaziado politicamente e fica sangrando às vezes durante meses, até que finalmente se procede à mudança.

Acho que falta ousadia à Presidente nesta matéria. Falta confiança na força política que ela tem, no prestígio que tem, na força parlamentar que tem, desde que seja bem conduzida em torno de projetos claros. E eu temo que ela desperdice essa oportunidade.

Esse é o sentido do meu discurso, mas no sentido também de dizer que espero que esse meu vaticínio não seja confirmado pelos fatos; seja apenas a manifestação de um folião frustrado, que não brincou no Carnaval e que está aqui destilando amargura na Quarta-Feira de Cinzas.

Ouçó o aparte, se V. Ex^a me permitir, Presidente – creio que já estourei meu tempo – do Senador Pedro Taques, por favor.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Será muito curto o aparte. Eu vinha do aeroporto ouvindo V. Ex^a e concordando com o que V. Ex^a vinha dizendo. Apenas uma reflexão de quem também não brincou o Carnaval, mas também não está amargurado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu também não estou. Na verdade, meu carnaval já passou.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – O meu ainda não começou. Apenas para dizer que o Brasil, Senador Aloysio, precisa ser maior do que as disputas entre dois partidos políticos. Se nós analisarmos a história partidária desde 1822 – vamos começar por aí –, com os partidos que naquele tempo existiam, monarquistas, depois o início dos partidos liberais, conservadores, depois com a República, na república das espadas, os partidos estaduais, até UDN e PSD. Hoje, nós temos no Brasil uma composição entre dois partidos: PSDB e PT. Oito anos de governo Fernando Henrique, com acertos, com equívocos, o que é natural; oito anos de governo do PT, com acertos, com equívocos. E nós só pensamos nesta disputa: PSDB, PT. Se me permite, ao derredor desses dois – não é o caso de V. Ex^a, que pensa estrategicamente o Brasil –, temos uma federação de partidos, que é o PMDB, com todo o respeito ao PMDB, e satélites do PT e do PSDB. Nós precisamos, no Brasil...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Onde entra o PDT?

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – O PDT? Hoje é um satélite do PT, um satélite. Infelizmente. Eu falo isso com vergonha, com vergonha porque o PDT hoje é um puxadinho do PT. Aqui não vai nenhum menosprezo ao PT, que é um partido histórico, que precisamos respeitar, um partido de 32 anos. Mas o PDT não pode ser esse puxadinho do PT. Já encerro,

dizendo que nós aqui no Senado temos a oportunidade de debater estrategicamente o Brasil. V. Ex^a faz isso em todas as suas falas, mas nós estamos transferindo debates paroquiais, como é o caso da eleição do grande Município de São Paulo, o maior Município do Brasil, para questões nacionais. Nós não acompanhamos, aqui no Senado da República, debates outros que não sejam sempre essa dicotomia entre dois grandes partidos com brasileiros valorosos, PSDB e PT. Um dos debates foi a respeito da privatização, se houve ou não privatização, se foi concessão, se foi venda de ativos, mas não pensamos o futuro da República Federativa do Brasil. Só queria trazer este componente: nós precisamos repensar os partidos no Brasil. Quem sabe agora, depois das eleições de 2012, na República Federativa do Brasil, haja um consenso da necessidade de repensarmos esses partidos e pensarmos que o Brasil é maior do que o PSDB, é maior do que o PT. Parabéns pela sua fala.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Agradeço o aparte de V. Ex^a, um aparte, aliás, Presidente, tão estimulante que já me dá apetite para recomençar o discurso, mas sei que já ultrapassei muito o tempo que me era destinado.

Agradeço a boa vontade e a benevolência de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira..

Convido para fazer uso da palavra, pelo tempo regimental, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje, Quarta-Feira de Cinzas, para fazer um registro de todo o esforço que está sendo feito no Acre neste momento pelo Governador Tião Viana, pelo Prefeito da Capital, Raimundo Angelim, pela Prefeita do Município de Brasileia, Leila Galvão, pelo Prefeito do Município de Xapuri, Ubiracy, e também pelo Prefeito de Sena Madureira, Nilson Areal, no sentido de atender as famílias vítimas da alagação dos rios que banham essas cidades.

Rio branco, Xapuri, e Brasiléia são, todos, Municípios às margens do rio Acre, que atingiu – medição de hoje às 12 horas – 17,46m acima do seu nível normal.

A maior enchente da história do rio Acre aconteceu em 1997, quando se atingiu a quota de 17,70m. Ou seja: estamos, neste momento, a exatos 0,24m de atingirmos a maior quota de todos os tempos.

Isso tem gerado um transtorno sem precedentes no sentido de atingir o patrimônio das pessoas, casas, a vida das pessoas, completamente afetada por essa situação, muito difícil.

Conversei há pouco com o Governador Tião Viana, que fez um agradecimento muito especial ao Ministério do Exército, ao Ministério da Aeronáutica e, mais especialmente ainda, à Presidenta Dilma, que foi muito atenciosa para com ele e se colocou completamente à disposição para ajudar no que fosse possível para o atendimento a essas milhares de famílias atingidas por essa alagação, que tende a ser, senão a maior, pelo menos a segunda maior alagação de que se tem notícia na cidade de Rio Branco e, certamente, a maior de todos os tempos no Município de Brasileia, onde praticamente toda a cidade foi atingida pelas águas. Até a igreja que ficava no ponto mais alto e que estava recebendo desabrigados também foi atingida pela enchente, de tal maneira que os desabrigados que estavam alojados na igreja católica também tiveram que ser removidos por uma situação também de absoluto desconforto. O mesmo aconteceu com o Hospital Geral de Brasileia, que teve toda uma ala interditada justamente por já estar toda afetada pela enchente.

Assim, estamos vivendo um momento de grandes transtornos nos Municípios do Acre, nos Municípios atingidos por essa enchente.

Neste momento, o Senador Jorge Viana, meu companheiro de bancada, está lá com seu gabinete mobilizado, dando toda força ao Governador Tião Viana, assim como vários outros Parlamentares. Nosso gabinete também está lá, colocando-se à disposição na força-tarefa que foi mobilizada justamente para atender todas as famílias.

O que a gente pode dizer é que o essencial, no atendimento à saúde, no atendimento à alimentação, nos abrigos, tem sido feito pela força-tarefa constituída pelo Governo do Estado, pelas Prefeituras, principalmente pela Prefeitura da capital, onde temos o maior número de desabrigados. Todo esse esforço está sendo feito, e a gente tem que reconhecer que é um esforço exemplar.

Inclusive a própria Comissão Nacional de Defesa Civil presente no local, com o Sr. Armin Braun, fez um reconhecimento também de que, se não houvesse a mobilização e a organização do jeito como estão sendo feitas, sob a coordenação do Governador Tião Viana e do Prefeito Raimundo Angelim, com a presença do Exército, da Aeronáutica, do Corpo de Bombeiros, com a mobilização dos servidores públicos, com a mobilização da sociedade - há todo um espírito de solidariedade em que as pessoas se mobilizam do jeito que podem para ajudar as famílias atingidas pela enchente –, se

não estivesse esse esforço todo acontecendo, certamente, a situação estaria muito mais complicada e o sofrimento das famílias seria incomparavelmente maior.

Então, nesse sentido, faço questão de, ao mesmo tempo em que me solidarizo com as famílias atingidas, famílias que passaram um Carnaval cheio de transtornos, cheio de dificuldades, cumprimentar esse trabalho realizado pelo Governador Tião Viana e pelo Prefeito Angelim...

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF)
– Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – (...) bem como a solidariedade atenta da Presidenta Dilma, que mobilizou toda estrutura do Governo Federal para atender no que fosse necessário para diminuir o sofrimento das vítimas da alagação do rio Acre.

Ouçó, com muita atenção, o Senador Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF)
– Senador Anibal Diniz, eu quero me solidarizar também com o povo do Acre, que, neste momento, passa por dificuldades enormes em função das enchentes que ocorrem em vários Municípios daquele Estado. É importante ressaltar o trabalho que o Senador Jorge Viana realizou nesta Casa, no ano passado, ao presidir uma comissão especial para repensar a área de defesa civil no nosso País. O fato é que precisamos nos adaptar às mudanças climáticas. O que está ocorrendo é que percebemos, a cada ano, uma ocorrência maior de eventos climáticos extremos, trazendo grandes prejuízos, grandes aflições e sofrimento à população brasileira. Neste momento, o Acre deve receber a solidariedade de todo o Senado Federal, de todo o País, deve ter todo apoio do Governo Federal para que possa enfrentar essa enorme dificuldade em função das enchentes. Cumprimento V. Ex^a pela preocupação e por trazer esse tema, como um digno representante daquele Estado. V. Ex^a traz a sua preocupação em minorar o sofrimento daquela população naquele momento. Mas eu queria lhe pedir licença por um minuto – eu estava presidindo a Mesa – para fazer um breve comentário sobre a fala que o Senador Pedro Taques fez se referindo ao quadro político-partidário brasileiro em que ele vê um prejuízo muito grande em reduzir o quadro partidário a uma polarização entre PT e PSDB. Em primeiro lugar, eu quero registrar o profundo respeito que tenho por esses dois partidos, pela trajetória de cada um deles, pelas contribuições que deram ao processo político no nosso País. Estamos vivendo um processo de consolidação e aprofundamento da democracia e temos de reconhecer que tanto o PSDB quanto o PT deram a sua contribuição. Mas, como representante do PSB, não posso ficar calado ao ouvir uma referência como se os demais partidos fossem

uma federação de partidos que seriam meros satélites dos demais partidos. Não! No caso do PSB, não. O PSB é um partido que vem se construindo, vem se consolidando, vem crescendo e obtendo o reconhecimento da população brasileira. Vem crescendo devagar, mas crescendo com regularidade e, sobretudo, com coerência. É algo de que nós nos orgulhamos muito no quadro político-partidário brasileiro. O PSB elegeu seis Governadores nas últimas eleições. Da base de apoio da Presidenta Dilma, foi o partido que elegeu mais governadores. E temos muito orgulho de ter, entre os três Governadores melhor avaliados no Brasil, dois do PSB, sendo que o nosso Presidente, o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, tem aprovação de 82%. Também na avaliação dos Prefeitos de capital, o PSB aparece com dois entre os Prefeitos melhor avaliados. O que nós temos, e muito claro, é a necessidade de uma política de alianças – e aí temos o PT como um aliado histórico – no sentido de garantir os avanços que vimos garantindo para o Brasil. O Brasil, nos últimos anos, conseguiu voltar a crescer, aliando crescimento com distribuição de renda, redução da pobreza, redução das desigualdades sociais, mas temos muito claro que temos as nossas diferenças, temos a nossa identidade e que estamos construindo, junto ao povo brasileiro, o nosso caminho, e este reconhecimento existe. Peço desculpas por tratar de um assunto diferente do tema do seu pronunciamento, mas, como já usei o meu tempo, não poderia deixar de fazer essa observação ao pronunciamento do brilhante Senador Pedro Taques, que é uma das figuras que mais oxigenaram o Senado Federal e que dá uma contribuição enorme à melhoria do debate político nesta Casa. Cumprimento mais uma vez V. Ex^a pela preocupação com o povo do seu Estado, e tenha aqui toda a nossa solidariedade para que o Senado possa tomar todas as medidas que estiverem ao seu alcance para que possamos minorar o sofrimento do povo do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, por sua participação, pela solidariedade ao povo do Acre e também pela mesclagem de temas aqui. É uma pena que o Senador Pedro Taques, estando na Presidência da Casa, não vai poder apartear o seu aparte, para reposicionar o que S. Ex^a havia dito. Porque, na realidade, é uma reflexão profunda a que o Senador Pedro Taques vem fazendo. Já tive a honra de ouvi-lo em outras ocasiões, em que S. Ex^a reflete sempre que o Brasil precisa ter um plano de longo prazo e que não esteja só, digamos assim, na dependência da agenda dos partidos políticos, particularmente do PT e do PSDB. Então, S. Ex^a está conclamando o Senado Federal a

mirar numa agenda de país, numa agenda que vá além dos partidos políticos.

Nesse sentido, há controvérsia quando se diz que os demais partidos são uma federação ou até um puxadinho do PT. Da nossa parte, do Partido dos Trabalhadores, eu me sentiria muito honrado se a nossa liderança se estendesse por todos os demais partidos. Mas, na realidade, há diferentes pontos de vista com partidos ainda que não sejam partidos com o tempo de história ou com alguns posicionamentos ideológicos tão conflitantes como o PSDB. Mas, querendo ou não, cada partido aqui representado traz as suas características próprias e também procura se viabilizar junto à sociedade brasileira, defendendo os seus pontos de vista.

Vejo que o Senador Pedro Taques abdicou da condição de Presidente para poder apartear ao aparte do Senador Rollemberg. Ouço, com atenção, o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Apenas para também me associar a V. Ex^a, nesse momento terrível que vive Rio Branco. Conheço Rio Branco, lá já morei. E me associo a V. Ex^a nesse momento. No tocante ao aparte do aparte, todos os partidos merecem respeito, por óbvio. O PMDB é um grande partido – e ali, na Presidência, está o Presidente do PMDB. Mas não estamos discutindo pessoas. Estamos discutindo instituições. Infelizmente, no Brasil, ao meu juízo, respeitando as posições contrárias, temos essa polarização. Ela é boa ou é ruim? Eu não sei se ela é boa ou ruim. Vejo que outros partidos, como o meu próprio, o PDT, infelizmente, hoje, apesar de lutas internas, repito, o PDT, hoje, é um apêndice do PT, ele se pensa a partir do PT. O PSB é um grande partido, com seis governadores... Mas vamos falar de notícias que saem na imprensa. Não podemos ser emprenhados pelo ouvido por notícia da imprensa, mas, ao que consta, o Governador de Pernambuco já está trabalhando para apeiar da Vice-Presidência da República, na campanha de 2014, o atual Vice-Presidente. Sobre isso, encontram-se notícias pela imprensa. Mas não podemos acreditar em tudo que sai na imprensa. Isso é fofoca de Carnaval, é igual a amor de Carnaval, não passa a Quarta-Feira de Cinzas. Então, expressando meu total respeito ao PSB, Senador Rodrigo Rollemberg, o que temos que imaginar e buscar concretizar é um Brasil que seja mais importante que partidos políticos, é um Brasil que fuja dessa raia miúda que é a discussão partidária.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB - DF) – Prezado Senador Anibal, se V. Ex^a me permite um aparte ao aparte do aparte, para somente assegurar ao Senador Pedro Taques que não há nenhum desejo

do Presidente do PSB, Governador Eduardo Campos, de apeiar quem quer que seja da Vice-Presidência. O que há é um compromisso de fazer um governo eficiente, como vem fazendo, em benefício do povo de Pernambuco, absolutamente reconhecido por 83% da população e um compromisso muito sólido com as políticas públicas que venham melhorar a condição de vida do povo brasileiro, fazendo com que o Brasil continue aliando crescimento econômico com redução da pobreza, redução das desigualdades sociais, avanço técnico-científico, melhoria da qualidade da educação. Esse é o objetivo do PSB. Entendemos que 2014 está muito longe para se pensar em candidatura em 2014. Temos convicção do nosso profundo compromisso com o projeto de País, e é nesse sentido que o PSB constrói as suas políticas de aliança, alianças em defesa do povo brasileiro. Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Para finalizar esse assunto sobre alagação do Acre, quero reafirmar que foi constituído o Gabinete Integrado de Mobilização em apoio às vítimas da alagação 2012. Esse comitê está centralizando todas as informações e o planejamento das ações, de tal maneira que todas as ajudas que têm chegado têm merecido a devida destinação, tanto às famílias que estão nos abrigos – são vários abrigos constituídos para receber as famílias das áreas alagadas – quanto às famílias que, mesmo estando em área alagada, decidiram permanecer no local para proteger melhor seu patrimônio. Essas famílias também estão tendo a devida assistência da equipe formada pelo Gabinete Integrado de Mobilização em apoio às vítimas da alagação 2012.

Quero dizer também que todo mundo tem contribuído do jeito que pode, de acordo com suas posses. Foi criada a conta SOS Enchente Rio Acre, que está sob o gerenciamento da Diocese de Rio Branco; e, através da agência 0071-X, conta corrente 100.000-4, as pessoas podem contribuir com qualquer valor para ajudar a minorar o sofrimento das pessoas vítimas da alagação do rio Acre, assim como do rio Iaco, em Sena Madureira, e outros Municípios que por ventura venham a sofrer com o problema da enchente.

Para finalizar este pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um cumprimento especial à aluna Larissa Bruna Carvalho de Souza, da Escola Antonia Fernandes de Moura, no Município de Santa Rosa do Purus, que, salvo engano, é o menor Município do Brasil. Essa aluna do menor Município do Brasil foi a primeira aluna a receber a medalha de ouro na Olimpíada de Matemática. Pela primeira vez, o Acre é agraciado com a medalha de ouro. Ele havia con-

seguido, até então, medalhas de bronze e de prata. Agora, com Larissa Bruna Carvalho, da Escola Antonia Fernandes de Moura, do Município de Santa Rosa, o Acre, pela primeira vez, é contemplado com medalha de ouro, nas Olimpíadas de Matemática. Isso orgulha todos os professores, diretores de escola, alunos da rede pública estadual do Acre, porque vivemos um momento muito especial.

Essa 8ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas é dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e Larissa Bruna de Carvalho foi a aluna de melhor destaque do Estado do Acre na história das Olimpíadas de Matemática.

Por isso, meus cumprimentos. Primeiro, pelo seu mérito reconhecido pela pontuação atingida e, depois, para realçar que, para o bom aluno, as circunstâncias todas não são empecilhos. Ele vai à luta, consegue os mecanismos para buscar o conhecimento, faz pesquisa pela Internet, desdobra-se para vencer. E Larissa está dando uma demonstração inequívoca de que é uma vencedora, lá no isolado Município de Santa Rosa do Purus.

Quero desejar aqui uma trajetória de muito sucesso na vida escolar dessa aluna e que essa vitória, essa medalha de ouro conquistada nas Olimpíadas de Matemática seja apenas a primeira de uma infinidade de outras conquistas que terá em toda a sua vida escolar.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal, permita-me apartear-lo novamente. Quero cumprimentar a Larissa e cumprimentar todos os estudantes brasileiros que participaram das Olimpíadas de Matemática. Tenho orgulho de, como Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, ter iniciado a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, com apoio do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Impa, com apoio da Diretoria de Difusão e Popularização da Ciência, do Ministério da Ciência e Tecnologia, na figura do Professor Ildeu de Castro Moreira. Começamos com 10 milhões de alunos. No primeiro ano, 10 milhões de alunos participaram das Olimpíadas de Matemática e, hoje, parece-me que já são mais de 20 milhões de alunos. Desde a primeira edição, em todos os anos, estamos tendo a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e também a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, dois eventos da maior importância para a difusão e popularização da ciência e para estimular nossas crianças e nossos jovens a seguir carreiras científicas tão importantes para nosso País. E é importante analisar o resultado dessas Olimpíadas de Matemática, porque, muitas vezes, em escolas nos rincões deste País, em função de ter um professor abnegado, um profissional de qualidade, que

consegue motivar seus alunos, temos resultados excepcionais. Parece-me que, agora, o Governo também está desejando ampliar essas Olimpíadas para outras matérias, como Português. São iniciativas importantes, porque mobilizam escolas, turmas, jovens e crianças a participar e ampliar seus conhecimentos para uma área estratégica para o País. Portanto, eu não poderia deixar de fazer este aparte e registrar, com muita alegria, compartilhando com V. Exª, que, aqui em Brasília, também, quando realizamos a primeira Olimpíada, eu tive oportunidade de levar e estar com ele na presença do Presidente Lula, que entregou pessoalmente a homenagem, o Paulo, uma criança portadora de deficiência física, que, em função de seu esforço, também foi um dos agraciados com a medalha das Olimpíadas de Matemática. Parabéns a V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Rollemberg, por este aparte muito oportuno. Espero que Larissa esteja assistindo a esta sessão para ter a oportunidade de receber o cumprimento também do criador dessas Olimpíadas, porque realmente ela é merecedora, pois é a primeira aluna do Acre a ser contemplada com a medalha de ouro.

Parabéns, Larissa!

Hoje à noite, estaremos seguindo para o Acre e, amanhã, estaremos nos incorporar à equipe de apoio às vítimas da alagação do rio Acre, dos outros rios e demais Municípios atingidos. Estaremos à disposição, com o Senador Jorge Viana, com o Governador Tião Viana e com toda a equipe que está mobilizada no sentido de contribuir, com toda energia, para que este momento de dificuldade seja superado e que a solidariedade esteja à frente como marca maior dessa ação em apoio às vítimas da alagação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e até outra oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª. Esta Presidência se congratula com V. Exª a respeito de Larissa, medalha de ouro nas Olimpíadas de Matemática.

Santa Rosa do Purus lembra-me um fato, quando estive em Rio Branco, como Presidente do PMDB, no ano passado: em depoimento do nosso Presidente Flaviano Melo, soube que o Presidente do PMDB de Santa Rosa do Purus tem o diretório mais organizado. Demora-se seis dias de barco para chegar a Rio

Branco, mas os documentos do partido são sempre entregues em dia. Então, o povo de Santa Rosa é um povo aguerrido, bravo e trabalhador.

E a Presidência também se solidariza com V. Ex^a a respeito das vítimas, dos desabrigados dessa enchente. O Acre passou, recentemente, por uma onda de imigração dos refugiados e irmãos haitianos e já vinha tendo dificuldade para manter essas pessoas. São mais de dois mil imigrantes haitianos, refugiados da guerra, do terremoto, que o Brasil tem que acolher; e, agora, com as enchentes, também. Portanto, as autoridades brasileiras terão de envidar esforços para colaborar e contribuir com o Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A questão dos haitianos foi amenizada, porque, com o apoio da Presidenta Dilma, conseguiu-se uma boa solução. Mas essa situação da alagação, agora, tende a se estender por mais alguns dias, porque o rio continua aumentando seu volume de água.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Rondônia tem acolhido também alguns haitianos, que trabalham em Porto Velho.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Anibal.

Concedemos a palavra ao nobre Deputado Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a dispõe do tempo necessário para fazer seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu sonho era ser Deputado, mas consegui ser Senador antes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Eu falei Deputado?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas essa não é uma ofensa.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – É o Senador Pedro Taques, Senador que tem engrandecido este Parlamento!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu discurso especificamente sobre o que aqui vim falar hoje, quero cumprimentar a Larissa, do Estado do Acre, pela vitória nessa Olimpíada. Infelizmente, no Brasil, temos o vazo – somos useiros e vezeiros – de laurear personagens que, infelizmente, não mostram a dignidade do que fizeram. Quero dizer, com isso, que a Larissa precisa ser laureada, precisa ser lembrada, precisa ser honrada, porque, em uma escola pública, ela conseguiu uma vitória como essa, um sucesso como esse, o que mostra que essa brasileira do Estado do Acre merece o apoio e o prestígio de todos nós.

Parabéns ao Acre! Parabéns, sobretudo, à Larissa e à sua família!

Sr. Presidente, nesta tarde, quero falar um pouco sobre a chamada Lei da Ficha Limpa. Nós todos temos de elogiar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, nos últimos vinte dias, Senador Pedro Simon, deu exemplos de República, deu exemplos de honestidade cívica, deu exemplos de republicanismo. Em primeiro lugar, veio a decisão que firma a competência concorrente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e, não mais que dez dias depois, veio a decisão que firma a constitucionalidade da chamada Lei da Ficha Limpa.

O que separa, o que divisa, o que diferencia a República da Monarquia, como todos sabemos, Sr. Presidente, é que, na República, todos aqueles que exercem parcela da soberania do Estado devem responsabilidade. Todos aqueles que exercem parcela da soberania do Estado devem responsabilidade, diferentemente do que ocorre na Monarquia. Na Monarquia, o exercício de poder é irresponsável, quem o faz exerce em seu próprio nome, não em nome do povo, não em nome do cidadão. Hoje, existe uma ligação entre República e democracia, que é a dominação do povo.

Na República, não interessa se o ser é Presidente da República ou se é o José da Silva, aquele barnabé mais simples do menor Município da República Federativa do Brasil. Todos eles exercem parcela da soberania do Estado e devem responsabilidade pelos seus atos na medida do cargo ocupado. O Presidente exerce um cargo no qual a parcela da soberania do Estado é maior, e, portanto, sua responsabilidade é bem maior do que a responsabilidade do barnabé, aquele José da Silva, que exerce um cargo bem simples, um cargo público, em um Município bem simples do Brasil. Esse traço é importante para firmarmos a República.

A Lei da Ficha Limpa é importante? É muito importante. O reconhecimento de sua constitucionalidade é significativo? É muito significativo. Mas eu queria fazer uma indagação, um questionamento: um país sério precisaria de uma lei como essa, um país decente precisaria de uma lei como essa? Essa é a pergunta, essa é a indagação. Penso que não, Senador Pedro Simon, penso que não. O melhor seria que o cidadão, no momento da escolha de um candidato que exerceria parcela da soberania do Estado, já fizesse sua escolha, tendo em conta os princípios republicanos. Essa seria a primeira peneira, essa seria a primeira defesa, a primeira salvaguarda, para que houvesse uma República no sentido não só formal, mas também material.

E o cidadão? Alguns dizem que o cidadão ainda, infelizmente, não tem consciência da sua importância no processo democrático. Nós precisamos caminhar ainda mais, para que o cidadão possa ter a consciência

de sua importância no processo democrático. Alguns dizem que é preciso um processo educacional que traga essa consciência ao cidadão da sua importância nesse processo, a educação que liberta, a educação que transforma, a educação que transforma o indivíduo em cidadão. A primeira peneira é o cidadão.

A segunda salvaguarda, Senador Pedro Simon, seriam os partidos políticos. Os partidos políticos deveriam fazer a escolha por candidatos que não ofendessem os princípios da República. Os partidos políticos deveriam fazer essa escolha, tendo em conta os princípios republicanos, os princípios gravados nos arts. 1º e 37 da Constituição da República.

A primeira defesa se dá em torno do cidadão, e a segunda defesa, em torno dos partidos políticos, mas não é assim que ocorre na República Federativa do Brasil. Para isso, é preciso que haja maior valorização dos partidos políticos, o que a Constituição determinou há 23 anos, mas, infelizmente, nós ainda não tiramos isso do papel. Os partidos políticos são valorizados apenas formalmente na Constituição, mas ainda não materialmente.

O cidadão tem de fazer esta defesa: a defesa dos princípios republicanos. Os partidos políticos devem fazer esta defesa: a defesa dos princípios republicanos.

Seria preciso uma lei como a chamada Lei da Ficha Limpa? Penso que não. A Constituição da República, nos seus artigos – cito apenas um deles, o art. 37 –, estabelece os princípios para que haja uma sociedade livre de candidatos ficha suja. Nós não precisaríamos de uma lei, porque a Constituição possui força normativa própria. A Constituição não é uma folha de papel. A Constituição é uma norma jurídica superimpositiva, com imperatividade reforçada. O que quer dizer isso sem o “juridiquês”? A Constituição manda, determina, ordena que os candidatos sejam cêndidos, sejam limpos, sejam alvos. O art. 14, § 9º, da Constituição já deixa bem expresso que temos de analisar como causa de inelegibilidade a vida pretêrita, a vida passada daquele que se dispõe a exercer cargos eletivos, a qual deve ser sem mancha, sem nódoa.

Há algum tempo, há mais ou menos oito anos, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro julgou inelegível um famoso Deputado Federal de lá, Eurico Miranda, presidente de um clube de futebol, e disse que a Constituição já dava essa força normativa. A Constituição já veda que candidatos com passado não recomendável possam exercer a eletividade. E o Tribunal Superior Eleitoral, infelizmente, disse que não havia a regulamentação do art. 14, § 9º, da Constituição. Daí, veio ao mundo jurídico a Lei da Ficha Limpa.

Portanto, há três defesas dos princípios republicanos. A primeira defesa, Sr. Presidente, é o cidadão,

no momento da escolha daquele que exercerá parcela da soberania do Estado; em um segundo momento, os partidos políticos; em um terceiro momento, a própria Constituição.

Há a Lei da Ficha Limpa, e iniciei minha fala parabenizando o Supremo Tribunal Federal. Nós todos temos de fazê-lo. Na quinta-feira passada, o Supremo deu mostra de que deseja, de que almeja, de que tem como objetivo fazer com que os princípios constitucionais possam ser respeitados e, sobretudo, vividos por todos nós, ao reconhecer a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Resolvemos os cargos eletivos. Pergunto aos Srs. Senadores, pergunto ao cidadão simples do meu Estado, do Estado de Mato Grosso: isso resolve?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Vou cometer um equívoco muito grande. V. Ex^a está absolutamente correto, mas o problema na Lei da Ficha Limpa é que, no Brasil, o cidadão só podia ser considerado culpado com o trânsito passado em julgado. Em seis, sete, oito ou nove anos, havia prescrição, e nada acontecia. Aí é que entra a lei, determinando que o condenado em segunda instância por um colegiado não pode ser candidato. Esse é um fato.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O que V. Ex^a está a dizer é que o Supremo Tribunal Federal decidiu, na quinta-feira, que a chamada Lei da Ficha Limpa não ofende o princípio da presunção de inocência, mas o que estou a dizer é que essa posição do Supremo Tribunal Federal não é nova. Já existem decisões do próprio Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral que afirmam que causas de inelegibilidade não ofendem o princípio de presunção de inocência. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, na quinta-feira, houve por bem firmar mais ainda essa sua posição. Parabenizo o Supremo Tribunal Federal por isso.

O cidadão simples está a pensar: aquele que é sujo – porque esse é o nome –, aquele que tem uma vida cheia de nódoas, cheia de manchas, não poderá mais ser candidato em razão da Lei da Ficha Limpa. Esse cidadão não poderá mais ser candidato, porque essa Lei, segundo o Supremo Tribunal Federal – e é bom que assim seja –, não ofende o princípio da presunção de inocência, como V. Ex^a bem disse.

Esse cidadão vai deixar de ser candidato, mas vai poder exercer a diretoria, por exemplo, da Petrobras, uma diretoria que fure poço.

Eu não sei por que tanto interesse em uma diretoria que fure poço! Agora, nós... Poderia ser, por exemplo, presidente do Banco do Brasil. Ele não pode mais ser candidato porque ele tem contra si uma causa de inelegibilidade, que é um obstáculo para que ele

possa ser candidato. Muito bem. Ele poderá ser presidente da Casa da Moeda ou do Fundo de Pensão da Petrobras. Ele poderá exercer esses cargos, Senador Raupp, Senador Anibal, poderá exercer esses cargos. A Constituição veda tal prática no art. 37, *caput*, quando fala em Princípio da Moralidade. No entanto, em razão do chamado presidencialismo de coalizão, nós afastamos os princípios previstos no art. 37 da Constituição.

O Supremo Tribunal Federal deu o seu recado. O Supremo Tribunal Federal, na decisão de quinta-feira, sinalizou que nós precisamos cumprir os princípios da República. Muito bem. E o que o Poder Legislativo está a fazer para se encontrar com o Supremo nessa quadra histórica que nós vivemos? Absolutamente nada, Sr. Presidente do Senado da República, Senador Pedro Simon.

Nós temos projetos de lei nesta Casa, inclusive projetos de V. Ex^a, projetos de emenda à Constituição, por exemplo, que acabam com a imunidade parlamentar. Outro instrumento violador dos princípios republicanos. Nós temos propostas de emenda à Constituição nesta Casa, Senador Anibal, maravilhosas. Agora, falta vontade política para que essas propostas mereçam aprovação.

Assim, o Supremo Tribunal Federal está a cumprir o seu papel constitucional. Eu citei duas decisões: a que reconhece a competência concorrente do Conselho Nacional de Justiça e a que reconhece a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. E é bom que assim seja. Uma terceira decisão se avizinha, ao que consta no mês de maio, no julgamento do famoso caso do mensalão. O Supremo Tribunal Federal, ali, vai mostrar a existência ou não de uma quadrilha que tomou conta do Legislativo com interlocução como o Poder Legislativo, desculpe-me, Legislativo com interlocução com o Poder Executivo. Não vamos nos antecipar aos fatos. Agora, quem leu as alegações finais do Procurador-Geral da República já pode antever algumas decisões.

Muito bem. E o que faz o Legislativo? Nós, aqui no Senado da República, Senador Pedro Simon, precisamos aprovar algumas propostas de emenda à Constituição para que possamos entender o momento histórico em que vive a República. O STF (Supremo Tribunal Federal) já entendeu. Nós aqui precisamos entendê-lo.

Cito uma proposta de emenda à Constituição – a partir de amanhã, passo a colher as assinaturas – que faz com que as causas de inelegibilidade que são obstáculos para que o cidadão possa exercer cargos eletivos também sejam exigidas daquele cidadão que vai exercer cargos na Administração Pública que não sejam cargos eletivos, por exemplo, cargos comissionados, concursos públicos. Nada mais do que a aplicação

da Lei da Ficha Limpa a outras formas de assunção a cargos públicos.

Eu ouvi a fala de V. Ex^a. Aliás, Senador Pedro Simon, nós dois estivemos lá com o Ministro Hage debatendo um decreto que a Presidente da República poderia apresentar exigindo daqueles que exerçam cargos comissionados na Administração Pública Federal que sejam também ficha limpa, ou, ao contrário, que vede a assunção a cargos públicos daqueles que têm uma vida não recomendável.

Agora, esse decreto é muito importante, mas nós discutiríamos a constitucionalidade desse decreto. Esse decreto não produziria efeitos na Administração Pública estadual. Seria possível um projeto de lei para vedar que candidatos com um passado não recomendável pudessem ser proibidos de exercer cargos comissionados em toda a Administração Pública, seja da União, seja dos

Estados, seja dos Municípios? Isso seria, a meu juízo, inconstitucional por ofender o chamado pacto federativo. O ideal seria uma proposta de emenda à Constituição.

Por isso, a partir de amanhã, eu passo a colher essas assinaturas, Senador Anibal, para que o Congresso Nacional e, aqui, o Senado da República possa dar a sua contribuição no respeito aos princípios do chamado republicanismo.

Volto a dizer: a decisão do Supremo Tribunal Federal é muito importante, nós todos temos que festejá-la. A decisão do Supremo Tribunal Federal inaugura uma nova quadra – ao menos assim eu penso – na história da República. Agora, nós precisamos fazer com que essa decisão seja efetivamente concretizada. O ideal seria que o cidadão fizesse a sua defesa. O ideal seria que os partidos políticos...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Decisão do Congresso que começou com uma lei que nós aprovamos. Nós aprovamos e o Supremo...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Uma lei de iniciativa popular, como V. Ex^a bem sabe, apresentada por mais de um milhão de brasileiros, capitaneada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela ANPR, pela Ajufe, pela OAB. Muito bem.

O cidadão precisa fazer a sua defesa. Os partidos políticos precisam exercer essa defesa. A Constituição tem essa força normativa própria. Ela não precisa de regulamentação nesse particular, mas foi entendida de forma adversa. Portanto, nós temos a Lei da Ficha Limpa, a necessidade da lei, reconhecida constitucionalmente pelo Supremo. Agora, nós precisamos avançar. Não adianta o cidadão ser proibido de disputar cargos eletivos, mas ter o direito de exercer, na Administração Pública, cargos comissionados. O ideal seria que essas

causas de inelegibilidade também fossem aplicáveis àqueles que exercem cargos comissionados, porque, Senador Raupp, aquele que exerce o serviço público precisa ter a excelência – não a excelência no nome, não a excelência apenas como pronome de tratamento, mas ele precisa ser excelente no sentido de bem preservar os princípios da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro em breve, assistiremos ao começo da concretização de um projeto que defendi insistentemente ao longo de todo o meu primeiro mandato e continuo agora neste segundo mandato. Refiro-me, Sr. Presidente, à entrada em funcionamento das turbinas das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau no rio Madeira, em Rondônia.

Quanto a Santo Antônio, a primeira turbina entrará em operação já no mês de março próximo.

Verificou-se, afinal, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo desses anos de construção, o que sempre resaltei: o impacto da construção dessas hidrelétricas em Rondônia tem sido efetivamente considerável. No pico das obras, cerca de 40 mil trabalhadores estavam ocupados nas duas usinas. Isso teve um reflexo inevitável na economia de Porto Velho. Os salários aumentaram; a renda em circulação cresceu significativamente – ao longo de sua construção, as hidrelétricas vão pagar, ao todo, cerca de R\$1,5 bilhão em salários –, com impacto direto no comércio, nos serviços, no mercado imobiliário. Em 2011, o recolhimento de ICMS em Rondônia cresceu mais de 30%, bem acima do que ocorreu no resto do País.

Mais de 80% dos trabalhadores nos canteiros de obras de Santo Antônio são da própria região, a grande maioria formada e qualificada pelas empresas responsáveis pela construção. Isso não quer dizer que, na Usina de Jirau, também não tenha havido a formação de pessoas – talvez, numa escala um pouco menor, já que algo em torno de 50% dos trabalhadores veio de fora por falta de contingente para o trabalho em Rondônia.

A cultura da informalidade no trabalho foi quebrada. Temos hoje um mercado de trabalho mais complexo, com oferta de mão de obra mais qualificada e

experiente. Além do mais, cada emprego direto gerado pela construção implica três ou quatro indiretos.

No entanto, Sr. Presidente, tudo isso pode ser posto a perder, se não estivermos preparados para a transição que o fim das obras nas hidrelétricas vai inevitavelmente exigir.

O pico das obras já passou. Em maio do ano passado, havia 16 mil trabalhadores no canteiro de Santo Antônio, a usina mais próxima de Porto Velho. No final do ano, o número já caiu para 14 mil. A tendência, daqui para o final previsto das obras, em 2016, é naturalmente a de que esse número caia drasticamente, até reduzir-se a apenas aos trabalhadores responsáveis pela operação e pela manutenção da usina.

Essa situação, Sr. Presidente, como não pode deixar de ser, tem preocupado todos nós. A construção das usinas vai acabar por certo, mas não é inevitável que os efeitos positivos dessa construção terminem também. Não podemos dar-nos ao luxo de regredir e de desperdiçar os benefícios acumulados ao longo desses anos todos.

Muitas indústrias vieram instalar-se em Rondônia em função da construção das usinas e têm ainda alguns anos de atividade forte pela frente, por conta das obras no rio Madeira e outras, como da usina de Belo Monte e mesmo as obras que o Brasil projeta realizar no Peru e na Bolívia, já que algumas dessas empresas irão produzir peças de turbinas, parte de equipamentos para a usina de Belo Monte, que vai descer pelo rio Madeira até chegar ao Pará. E também para as usinas que poderão chegar ao Peru – já estão sendo estudadas as quedas de águas no Peru, e também na Bolívia: a usina de Cachuela Esperanza, no rio Beni, e Cachoeira Ribeirão, na divisa com Rondônia.

É preciso que tenhamos meios de manter a prosperidade em Rondônia, mesmo após ter sido encerrado o ciclo das hidrelétricas.

Não falta oportunidade, Sr. Presidente, para darmos continuidade a esse momento feliz de prosperidade. Há importantes obras de infraestrutura para serem realizadas, como a construção das eclusas para facilitar a navegação do rio Madeira e a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, obra que tenho defendido desde o meu primeiro mandato e continuo agora, neste segundo mandato. A usina Tabajara, de 350 megawatts, lá em Machadinho d'Oeste e a usina Ribeirão, próxima de Guajará e Nova Mamoré, que vão gerar mais 3 mil megawatts e, como já falei, a usina de Cachuela Esperanza, essa sim 100% boliviana, mas que deverá acontecer com a ajuda, com o apoio e com a parceria do Brasil, gerando emprego em toda aquela região de Rondônia e também da Bolívia.

Poderia destacar outras obras importantes como a construção da ponte Binacional de Guajará-Mirim a Guayara-Merín, dando seguimento a um corredor de exportação, via Bolívia, ao porto de Arica no Chile, passando por La Paz, obra que deverá iniciar-se este ano. Foi anunciada pelo Presidente Lula, confirmada pela Presidenta Dilma, que é a ponte Binacional Brasil-Bolívia é uma dívida de 110 anos, Senador Pedro Simon, que preside neste momento esta sessão. Essa ponte foi acordada pelo Brasil no Tratado de Petrópolis, em 1902. Portanto, há 110 anos – estamos em 2012 –, o Brasil deve essa ponte à Bolívia e até hoje ainda não fez.

Todos os presidentes bolivianos já cobraram. O Presidente Evo Morales tem cobrado muito; cobrou do Lula e continua cobrando da Dilma.

Um dia, numa audiência no Palácio do Planalto com o Governador do meu Estado, Confúcio Moura, no ano passado, quando nós cobramos essa ponte, a Presidenta Dilma pegou o telefone e ligou para o Ministro dos Transportes, Paulo César Passos, e disse que não queria ser cobrada novamente pelo Presidente Evo Morales a respeito dessa construção. “Eu quero que faça. Termine o projeto, licite e contrate essa ponte para dar passagem à Bolívia à hidrovia do rio Madeira” – era esse o pedido na época. Quando a Bolívia ficou sem porto no mar, exigiu, negociou com o Brasil uma saída para o Atlântico via porto do rio Madeira. Então, essa ponte deverá ter início este ano. Como também a construção da ponte Porto Velho-Manaus, que já está em andamento. A do rio Negro já foi feita, falta apenas um trecho da BR-319 e a ponte do rio Madeira, que está em fase bastante adiantada.

Falaria ainda da restauração da BR-364, uma obra prometida que está no PAC e que vai custar R\$500 milhões ou R\$600 milhões. Vai-se reconstruir uma BR antiga que, na época, foi feita com tratamento frio, tratamento superficial duplo, um asfalto frio que não é de boa qualidade, mas agora vai ser substituído por um asfalto de boa qualidade, um asfalto usinado.

A BR-364, Senador Pedro Simon, Senador Pedro Taques, tem causado muitos acidentes. Ela começa em Mato Grosso, em Cuiabá, e vai até Rio Branco, no Acre. No período do inverno, no período das chuvas, devido aos muitos buracos, há muitos acidentes. Inclusive, agora recentemente, anteontem, perdi um correligionário do PMDB que foi vereador na minha cidade, já que também fui Vereador em Cacoal, Expedito Macedo. Ele estava vindo com a sua esposa de Porto Velho e ao desviar de um buraco próximo a Ji-Paraná, colidiu com outro carro e veio a falecer.

Todos os anos, em torno de 200 a 250 pessoas morrem naquela rodovia em função dos buracos e da

má conservação. Então, já passou da hora de o Governo Federal e do Dnit licitem – eu sei que está em processo de licitação – e contratem essa obra tão importante para toda a região Norte do Brasil. Muitas cargas vão para Manaus, chegam ao porto de Porto Velho. Mas até Porto Velho, tem que ser de carreta ou caminhão. Também vão para Rio Branco, para o Peru. Transportam milho de Mato Grosso para o Peru via rodovia bioceânica e a nossa 364, que é esse corredor tão malcuidado até o momento.

Outros projetos, Sr. Presidente, envolvem a exploração sustentável de recursos, a instalação de tanques para a aquicultura nos reservatórios de Santo Antônio e Jirau e a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Porto Velho. Já foi aprovado um projeto de minha indicação aqui no Senado Federal. E o Ministro Fernando Pimentel tem me dito que vai implantar, em Porto Velho, essa Zona de Processamento de Exportação. É um polo industrial que vai, juntamente com o novo porto que será construído em Porto Velho, previsto no PAC, em uma área de 300 hectares, cedida pelo Senador Blairo Maggi, que a comprou para construir um novo terminal graneleiro, quando governador daquele Estado... Em parceria com a empresa Maggi, construímos um terminal graneleiro. E agora ele vai ampliá-lo em uma nova área, grande, de 600 hectares, que ele comprou. Ele doou metade dessa área para que o governo do Estado possa implantar a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, que é um polo industrial. Tudo isso faz parte do pós-usinas. Sabemos que haverá uma desaceleração no emprego, e essa ZPE, esse novo porto, essas obras que citamos poderão suprir essa deficiência de empregos em Porto Velho, em Rondônia.

Poderia citar, ainda, a ferrovia Transcontinental, que vai do Estado do Senador Pedro Taques... Quer dizer, sai do Rio de Janeiro, passa por Minas Gerais, Brasília, Tocantins, Mato Grosso. E o trecho que estou reivindicando sai de Lucas do Rio Verde e vai até Vilhena. De Vilhena a Porto Velho, num primeiro momento. Estou trabalhando, Senador Pedro Taques, numa PPP. Quero convidar V. Ex^a para se somar a esse projeto, eu, V. Ex^a, o Senador Blairo Maggi, os parlamentares de Rondônia e de Mato Grosso, para construção dessa ferrovia tão importante para toda aquela região. Num primeiro momento, até Porto Velho. Mas, depois, o Senador Jorge Viana quer levar até Rio Branco, até Cruzeiro do Sul, interligar as ferrovias peruanas, para fazer a nossa ferrovia Transcontinental.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Apenas para me associar a V. Ex^a neste debate. Na semana passada, eu e a Senadora Lúcia Vânia, de Goiás, fi-

zemos um requerimento de uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura, para que possamos debater a chamada Fico – Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que corta Mato Grosso no sentido leste-oeste, passando por Água Boa, Lucas do Rio Verde, subindo por Comodoro, para chegar até Vilhena, para conseguirmos a saída para o oeste, quem sabe, no porto de Iquique, no Chile, ou em outro porto. Nós faremos essa audiência pública na Comissão de Infraestrutura. Visitei a Valec na semana passada, discutindo a construção de uma ponte não só ferroviária no chamado Rio das Mortes, no Estado do Mato Grosso, mas uma ponte rodoferroviária que possa conjugar esses dois modais de transporte. Essa ferrovia será debatida, portanto, nessa audiência pública. E também aqui a preocupação é que nos atentemos, Senador Raupp, para o tipo de concessão. Não pode ser a mesma concessão que foi feita na Ferronorte para a ALL. Esse tipo de concessão da Ferronorte encarece o transporte e não faz com que esse modal seja competitivo. Quero me associar a V. Exª nesse projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Agradeço o aparte e o apoio de V. Exª a esse grande projeto. A Fico está projetada até Vilhena, isso já está no PAC, mas nós estamos estendendo até Porto Velho, porque é justo que Porto Velho tenha um porto, uma vez que já conta com três terminais graneleiros, da Maggi, da Cargill e da Bunge. É justo que essa ferrovia vá, num primeiro momento, até Porto Velho e depois se estenda-se até o Acre e o Peru. Obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, defendendo essas ideias veementemente. O que não podemos, Sr. Presidente, é desperdiçar o momento e as condições que foram lançadas nos últimos anos. Estamos diante de uma oportunidade de ouro para iniciar, em toda a região Norte, em Rondônia em particular, um ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento.

Mais do que isso: o preço a pagar agora por uma desaceleração brusca da economia pode ser alto em termos sociais. É por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que tenho defendido, nos últimos dias, uma agenda positiva para Rondônia, uma agenda positiva para o Norte do Brasil, uma agenda positiva para o

Brasil, que vai crescer este ano entre 4% e 4,5% do PIB, com tendência a chegar a 2014 crescendo 6% do PIB – talvez seja a terceira ou quarta potência no mundo que mais vai crescer daqui até 2014.

Quero concluir, conclamando todos os envolvidos, governos e empresas, a fazermos todo o esforço possível para consolidarmos esses ganhos dos últimos anos e multiplicá-los. Rondônia esperou muito tempo por essa oportunidade. Desperdiçá-la seria um crime contra nosso Estado e nossos concidadãos.

Estava me esquecendo, Sr. Presidente, de um ponto ainda a ser discutido ou a ser concluído em Rondônia, que é a transposição. Isso, para Rondônia, é muito importante, porque o Estado do Amapá e o Estado de Roraima já tiveram isso na Constituição de 1988, portanto, há mais de 23 anos. Rondônia já espera, há mais de vinte anos, por esse benefício. Então, conclamo também a Presidente da República e a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, porque só falta assinar a instrução normativa.

É a instrução normativa. Está faltando apenas a instrução normativa. A comissão está montada. O Dr. Duvanier, antes de falecer ainda, esteve em Rondônia com o Dr. Nicoli, que vai ficar responsável, aqui no Ministério do Planejamento. Já foi montada comissão lá em Rondônia, já foi montada comissão aqui em Brasília, para tratar dessa questão, para acolher os servidores. São mais de vinte mil servidores da época do território ainda que vão integrar os quadros da União.

Então, quero aqui fazer este apelo, no final do meu pronunciamento, além de tudo aquilo que já falei aqui, das reivindicações, também sobre a transposição dos servidores do Estado de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não há mais ninguém inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 4, de 2012** (nº 27/2012, na origem), da Senhora Presidente da República, encaminhando a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2011.

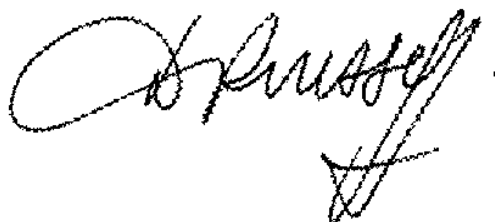
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 4, DE 2012
(nº 27/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.



EM 55/2011-BCB

Brasília, 4 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o 4º trimestre de 2011, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 29 de setembro de 2011, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinada eletronicamente por: Alexandre Antonio Tombini

**Diretoria Colegiada
Departamento Econômico – DEPEC**

Programação Monetária

2011

Setembro – 2011

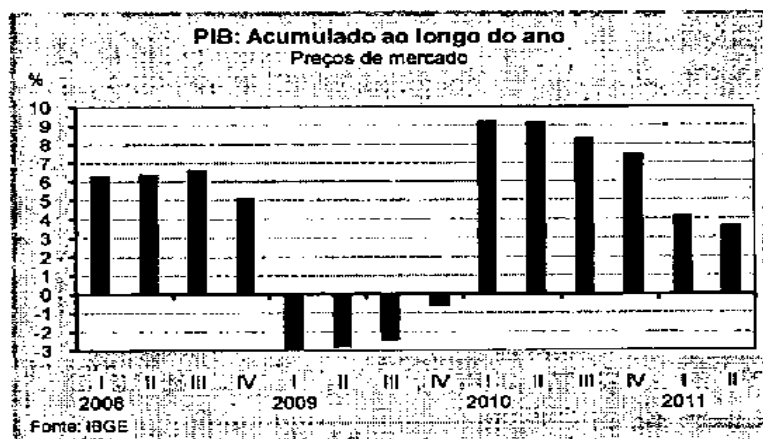


BANCO CENTRAL DO BRASIL

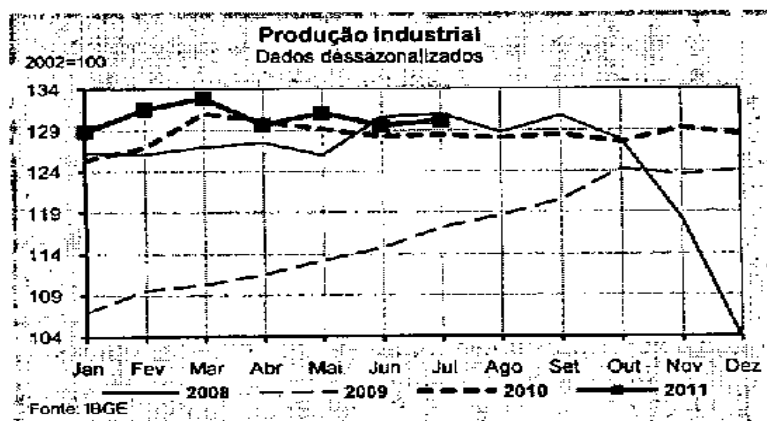
Programação Monetária para o quarto trimestre de 2011

A. A economia brasileira no terceiro trimestre de 2011

1. O PIB cresceu 3,6% no primeiro semestre do ano, em relação a igual intervalo de 2010. Sob a ótica da oferta, ocorreram aumentos de 1,4% na agropecuária, influenciado pelas safras favoráveis de soja, arroz, algodão e feijão; de 2,6% na indústria, impulsionado pelo dinamismo dos segmentos produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 4,1%, e construção civil, 3,6%; e de 3,7% no setor de serviços, com ênfase nas expansões registradas nas atividades intermediação financeira, seguros, previdência e serviços relacionados, 5,5%; serviços de informação, 5,3%; e comércio, 5,2%. A análise dos componentes da demanda revela que a contribuição da demanda doméstica para o crescimento interanual do PIB atingiu 4,7 p.p. no primeiro semestre de 2011, ante 12,4 p.p. em igual intervalo de 2010, registrando-se elevações respectivas de 7,3%, 5,7% e 2,3% na FBCF, no consumo das famílias e no consumo do governo. O setor externo exerceu contribuição de -1,1 p.p., ante -3,2 p.p. no primeiro semestre de 2010, resultado de elevações de 13,9% nas importações e de 5,2% nas exportações.



2. A produção física da indústria recuou 0,8% no trimestre encerrado em julho, relativamente ao finalizado em abril, quando havia crescido 2%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. A indústria extrativa cresceu 1,5% no período, enquanto a indústria de transformação recuou 0,6%, ressaltando-se as retrações nos segmentos farmacêutica, 12,8%; têxtil, 7,5%; e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, 4,9%, e as expansões nas indústrias de fumo, 24,3%; edição, impressão e reprodução, 7,6%; e material eletrônico e equipamentos de comunicação, 6,3%. A análise por categorias de uso revela retrações trimestrais nas indústrias de bens de consumo duráveis, 2,1%; bens de consumo semi e não duráveis, 1%; e de bens de consumo intermediários, 0,1%, e estabilidade na

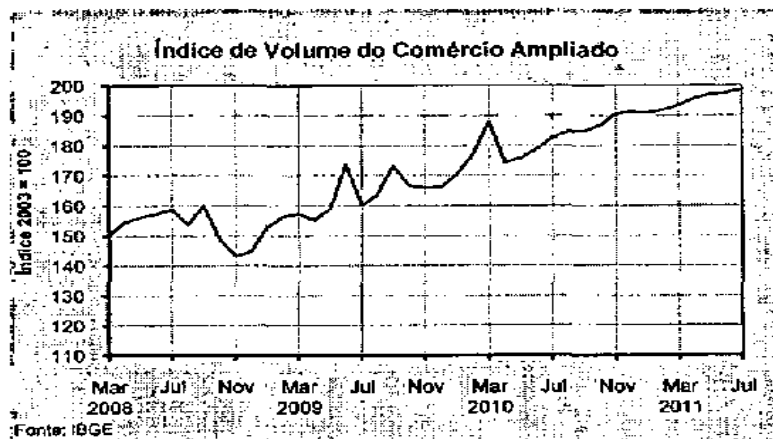


relativa a bens de capital. Nesse segmento, ressaltem-se as expansões respectivas de 4,1% e 2,7% nas indústrias de equipamentos de transporte e de bens de capital para fins industriais, e as retrações nas atividades bens de capital de uso misto, 7,8%, para o setor de energia elétrica, 7%, e agrícolas, 4,7%.

3. As vendas do comércio ampliado aumentaram 2,1% no trimestre encerrado em julho, em relação ao finalizado em abril, quando

havam crescido 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Oito dos dez segmentos pesquisados registraram crescimento, ressaltando-se os relativos a

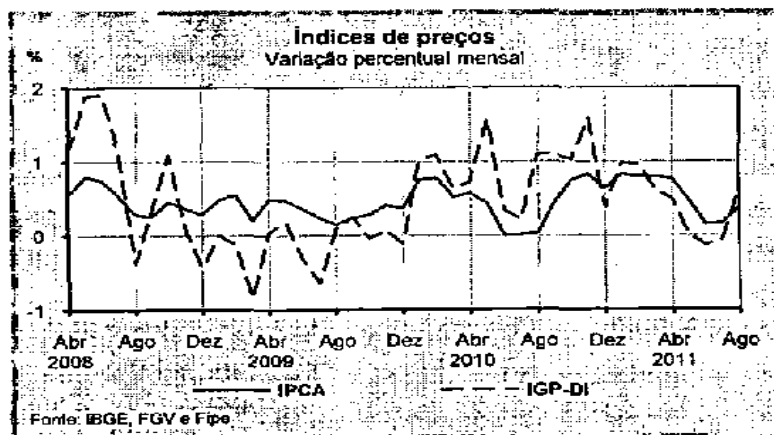
equipamentos e material para escritório, 17,5%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 3,8%; e móveis e eletrodomésticos, 4,0%, contrastando com os recuos nas vendas de combustíveis e lubrificantes, 1,4%, e de outros artigos de uso pessoal e domésticos, 1,3%. As vendas do comércio varejista, conceito que exclui os segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, aumentaram 1,7% no trimestre encerrado em julho, em relação ao finalizado em abril, quando, neste tipo de análise, também haviam expandido 1,7%, considerados dados dessazonalizados. Registraram-se, no trimestre, aumentos nas vendas em todas as regiões, com destaque para os assinalados no Sul, 2,1%, e no Norte, 1,2%.



4. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou

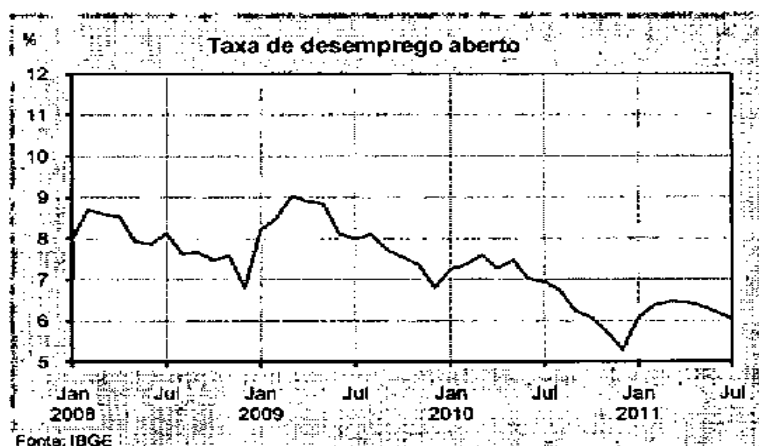
0,43% no trimestre encerrado em agosto, ante 1,12% naquele finalizado em maio, e evolução decorrente de reduções nas variações trimestrais do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), e de expansão na relativa ao Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA). O IGP-DI aumentou 3,52% nos oito primeiros meses do ano e

7,81% no período de doze meses encerrado em agosto. O indicador havia acumulado variação de 6,87% de janeiro a agosto de 2010. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 0,68% no trimestre encerrado em agosto, ante 2,04%

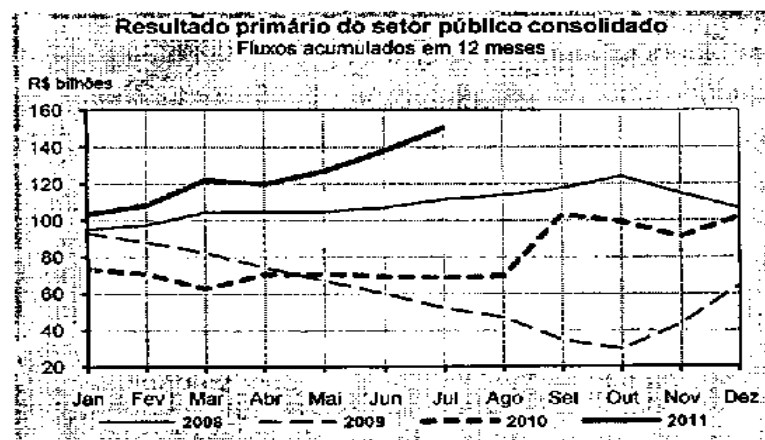


naquele finalizado em maio, reflexo de menores elevações dos preços livres e dos monitorados, responsáveis, na ordem, por 0,62 p.p. e 0,06 p.p. da variação do indicador. O índice apresentou variações mensais de 0,15% em junho; 0,16% em julho; e 0,37% em agosto.

5. A taxa de desemprego atingiu 6% em julho, ante 6,2% no mês anterior e 6,9% em julho de 2010, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego registrou o menor patamar histórico em julho, 5,9%, enquanto sua média atingiu 6% no trimestre encerrado em julho, 0,1 p.p. inferior à registrada no trimestre encerrado em abril, recuo decorrente de aumentos de 0,5% no pessoal ocupado e de 0,4% na população economicamente ativa (PEA). De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.596,3 mil postos de trabalho no país nos oito primeiros meses de 2011, ante 1.954,5 mil em igual período do ano anterior. Ressalte-se a geração de 647,5 mil vagas no setor de serviços, seguindo-se os aumentos nos saldos de empregos formais na indústria de transformação, 303,5 mil; agropecuária, 217,7 mil; e na construção civil, 214,0 mil.

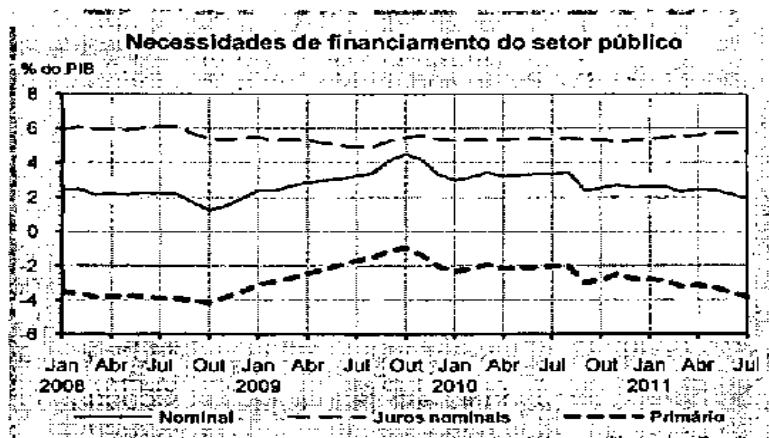


6. O superávit primário do setor público consolidado totalizou R\$92 bilhões nos sete primeiros meses do ano, 4% do PIB, superando em 1,9 p.p. do PIB o resultado de igual período do ano anterior. Ocorreram aumentos em todas as esferas do setor público, destacando-se a elevação de 1,6 p.p. no âmbito do Governo Central. A receita bruta do Governo Federal totalizou R\$445,7 bilhões, destacando-se os aumentos de 41,4% no recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de 27,7% no Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, e as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$251 bilhões. A Previdência Social registrou déficit de R\$21,6 bilhões e as transferências para os governos regionais, evidenciando os crescimentos das receitas do Imposto de Renda e do IPI

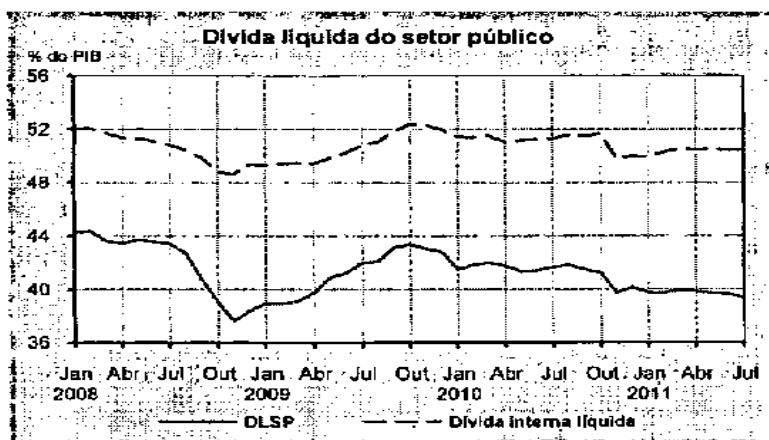


compartilhadas por meio dos fundos de participação, e dos repasses de recursos do Fundeb, atingiram R\$98,9 bilhões, elevando-se 27,2% no período.

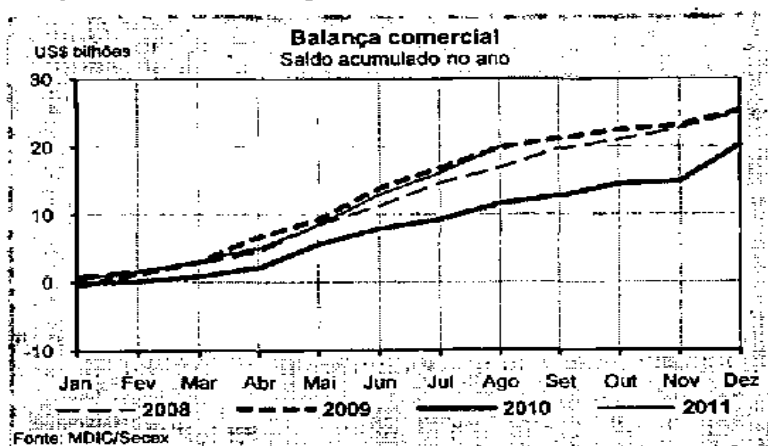
7. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$138,5 bilhões nos sete primeiros meses de 2011, 6,02% do PIB, elevando-se 0,7 p.p. do PIB em relação a igual período de 2010. Esse aumento foi influenciado pela aceleração do IPCA e pelo aumento da taxa Selic, indicadores que incidem sobre parcela expressiva da dívida mobiliária federal. O resultado nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$46,6 bilhões, 2,02% do PIB, reduzindo-se 1,17 p.p. do PIB em relação ao registrado nos sete primeiros meses do ano anterior. O financiamento desse déficit ocorreu mediante expansão da dívida mobiliária, contrabalançada, em parte, por reduções do financiamento externo líquido, da dívida bancária líquida e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária.



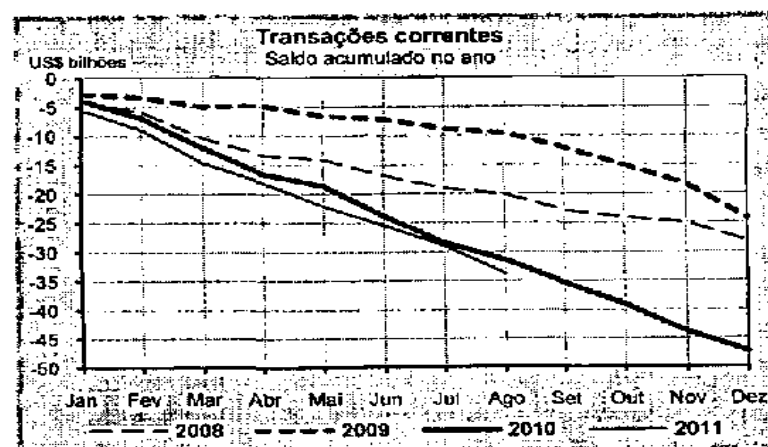
8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) somou R\$1.545,3 bilhões, 39,4% do PIB, em julho, reduzindo-se 0,8 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2010. Ocorreram recuos em todos os segmentos do setor público, com destaque para a redução de 0,6 p.p. do PIB na esfera dos governos regionais. A retração registrada na relação DLSP/PIB até julho refletiu as contribuições do superávit primário, 2,3 p.p.; do crescimento do PIB corrente, 2,5 p.p.; e da variação da paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,2 p.p. do PIB; neutralizadas, em parte, pelos impactos respectivos de 2,6 p.p. e 0,8 p.p. da apropriação dos juros nominais e da apreciação cambial de 6,6% acumulada no ano. A composição da DLSP alterou-se ao longo do ano, com ênfase no crescimento da parcela vinculada à taxa Selic, que passou de 63,5% do endividamento líquido total, em dezembro de 2010, para 73,7%, em julho de 2011. No mesmo sentido, as parcelas credoras vinculadas ao câmbio e à TJLP registraram elevações respectivas de 3,1 p.p. e 2,2 p.p., no período, contrastando com as reduções respectivas de 4 p.p. e de 3,3 p.p. nas parcelas sem remuneração e pré-fixada.



9. O superávit da balança comercial atingiu US\$20 bilhões nos primeiros oito meses do ano, aumentando 71,9% em relação a igual intervalo de 2010. As exportações somaram US\$166,7 bilhões e as importações, US\$146,7 bilhões, elevando-se 32,2% e 28,2%, respectivamente, no período. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o aumento nas exportações decorreu de expansões de 26,9% nos preços e de 4,1% no quantum e a elevação das importações, de crescimentos respectivos de 14,7% e 11,8%. A média diária das exportações cresceu 31,4%, ocorrendo aumentos nos embarques em todas as categorias de fator agregado, com as vendas de produtos básicos e de produtos semimanufaturados, beneficiadas pelo aumento dos preços internacionais das commodities, expandindo-se 41,8% e 33,7%, respectivamente. A média diária das importações cresceu 27,4%, registrando aumentos em todas as categorias de uso final, ressaltando-se a elevação de 34,6% nas relativas a bens de consumo duráveis, impactadas pelo crescimento de 44,4% nas aquisições de automóveis de passageiros.

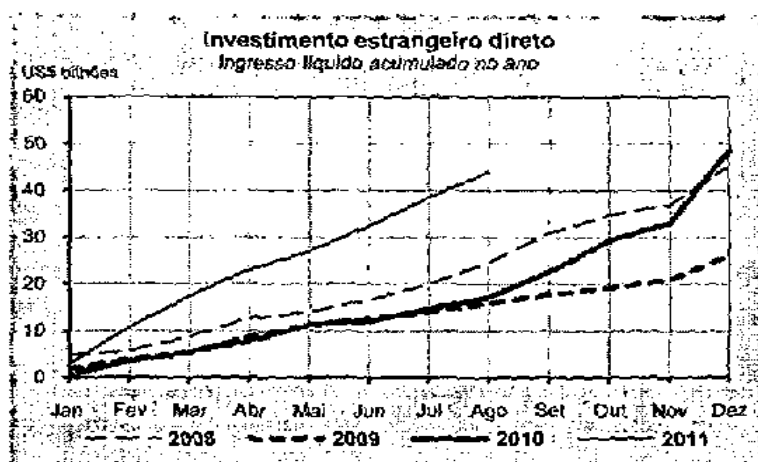


10. O déficit em transações correntes totalizou US\$33,8 bilhões nos oito primeiros meses do ano, ante US\$31,4 bilhões registrados em igual período de 2010, acumulando US\$49,7 bilhões, 2,13% do PIB, no período de doze meses encerrado em agosto. As despesas líquidas de serviços somaram US\$24,8 bilhões, elevando-se 31,4% no período, com ênfase na expansão de 62,8%, para US\$9,8 bilhões, nas relativas a viagens internacionais. As despesas líquidas de juros decresceram 21,6%, somando US\$5,6 bilhões, e as remessas líquidas de lucros e dividendos elevaram-se 33,3%, para US\$25,7 bilhões. As transferências unilaterais líquidas totalizaram US\$2 bilhões nos oito primeiros meses de 2011, elevando-se 1,7% em relação a igual período do ano anterior. Os ingressos líquidos decorrentes de remessas para manutenção de residentes, refletindo o menor dinamismo das economias dos principais destinos de migrantes brasileiros, somaram US\$790 milhões, recuando 7,4%, no período.

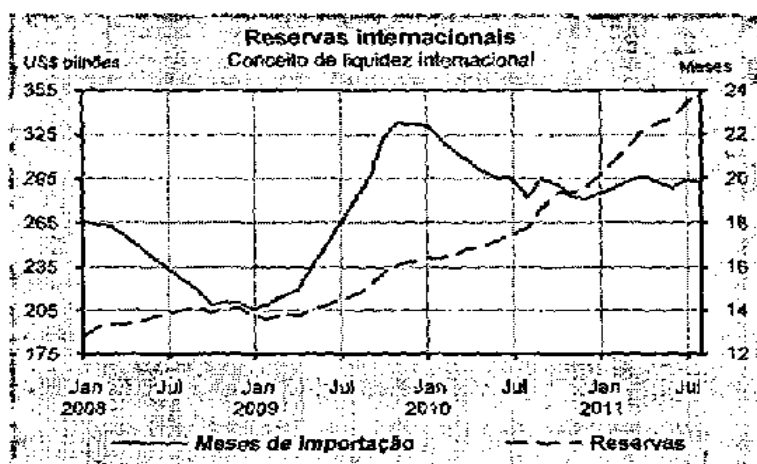


11. Os investimentos estrangeiros diretos registraram ingressos líquidos de US\$44,1 bilhões de janeiro a agosto de 2011, elevando-se 157% em relação a igual período de 2010. Os recursos destinados à participação no capital de empresas no país somaram US\$34,8 bilhões e os empréstimos intercompanhias, US\$9,2 bilhões. Os ingressos líquidos de investimento estrangeiro direto atingiram US\$75,4 bilhões no período de doze meses

finalizado em agosto, equivalendo a 3,22% do PIB e superando a necessidade de financiamento de transações correntes em US\$25,6 bilhões. Os investimentos brasileiros em carteira registraram retornos líquidos de US\$7 bilhões no ano, até agosto, ressaltando-se a consolidação do processo de repatriação de aplicações em ações de empresas estrangeiras, evidenciada por retornos líquidos de US\$15,5 bilhões. Em oposição, a demanda de residentes por títulos estrangeiros resultou em saídas líquidas de US\$8,6 bilhões. Os investimentos estrangeiros em ações totalizaram US\$4,6 bilhões, com retornos de US\$725 milhões em *Depositary Receipts* e aplicações líquidas de US\$5,3 bilhões no mercado doméstico.



12. As reservas internacionais totalizaram US\$353,4 bilhões em agosto, aumentando US\$64,8 bilhões em relação a dezembro de 2010. As compras líquidas do Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US\$47,6 bilhões; as liquidações de compras a termo, US\$2,2 bilhões; as receitas líquidas de juros, US\$1,7 bilhão, resultado de receita de US\$4,8 bilhões com a remuneração das reservas e de despesa de US\$3,1 bilhões com os juros de bônus; as despesas de amortização, US\$4,1 bilhões; e as demais operações, US\$10,2 bilhões.



B. Política Monetária no segundo trimestre de 2011

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$180 bilhões em junho, com expansão de 1,4% no mês e de 11,1% em doze meses. O saldo médio do papel-moeda emitido somou R\$135,3 bilhões, elevando-se 1,3% e 11,6%, respectivamente, enquanto as reservas bancárias atingiram R\$44,7 bilhões, expandindo 1,7% no mês e 9,7% em doze meses.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 15,3% no período de doze meses encerrado em junho, somando R\$2,6 trilhões. Esta expansão refletiu aumentos de 57,1% nos depósitos compulsórios em espécie; 19,3% na base restrita; e de 10% no saldo dos títulos públicos federais.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2011^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	240,2 - 282,0	11,5	251,2	7,2
Base restrita ^{3/}	156,8 - 212,1	13,8	180,0	11,1
Base ampliada ^{4/}	2 336,3 - 2 742,7	13,0	2 591,7	15,3
M4 ^{4/}	2 667,6 - 3 636,1	15,4	3 244,0	18,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, totalizaram R\$251,2 bilhões em junho, elevando-se 0,6% no mês e 7,2% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$109,4 bilhões, aumentando 1,2% e 11,1%, respectivamente, enquanto os depósitos à vista situaram-se em R\$141,8 bilhões, com estabilidade no mês e expansão de 4,4% em doze meses.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$3,2 trilhões em junho, elevando-se 1% no mês e 18,4% em doze meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto expansionista de R\$18 bilhões no segundo trimestre de 2011, resultante de colocações líquidas de

R\$36,3 bilhões no mercado primário e de compra líquida de títulos de R\$54,3 bilhões no mercado secundário.

19. O Copom avaliou, na reunião de abril, que o cenário prospectivo para a inflação não havia evoluído favoravelmente desde sua última reunião e considerou relevantes os riscos derivados da persistência do descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda, apesar dos sinais de que esse descompasso tende a diminuir. Nesse contexto, em que prevaleciam um ambiente econômico com nível de incerteza acima do usual e riscos à concretização de um cenário em que a inflação convergis-se tempestivamente para o valor central da meta, o Copom entendeu, de forma unânime, que as incertezas quanto ao grau de persistência das pressões inflacionárias recentes e a complexidade que envolve hoje o ambiente internacional justificavam a continuidade do ajuste da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado. Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada para 12,00% a.a., sem viés. Na reunião de junho, o Copom entendeu que embora o cenário prospectivo para a inflação, desde sua última reunião, mostrasse sinais mais favoráveis, persistiam níveis de incerteza acima do usual e riscos à concretização de um cenário em que a inflação convergis-se tempestivamente para o valor central da meta. Nesse ambiente, dando seguimento ao processo de ajuste gradual das condições monetárias, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 12,25% a.a., sem viés.

C. Política Monetária no bimestre julho-agosto de 2011

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$179,7 bilhões em agosto, contraindo 0,1% no mês e crescendo 6,6% em doze meses. As reservas bancárias diminuíram 2,5% no mês e 2% em doze meses, situando-se em R\$42,5 bilhões, enquanto o saldo médio do papel-moeda emitido apresentou aumentos respectivos de 0,6% e 9,5%, somando R\$137,3 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$2,6 trilhões em agosto, com aumentos de 0,2% no mês e de 14,1% em doze meses. O resultado anual refletiu elevação de 50,2% nos saldos de depósitos compulsórios em espécie; e crescimentos de 3,5% na base restrita; e 10,6% no saldo de títulos públicos federais.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, somaram R\$250,5 bilhões em agosto, com redução de 1,2% no mês e crescimento de 4,2% em doze meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$111 bilhões, elevando-se 0,4% e 8,8%, respectivamente, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$139,5 bilhões, com contração mensal de 2,4% e elevação anual de 0,8%.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$3,3 trilhões em agosto, registrando aumentos de 0,9% no mês e de 17,1% em doze meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2011 e ocorridos no período julho/agosto^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	243,6 - 266,0	7,1	250,5	4,2
Base restrita ^{3/}	159,1 - 215,3	8,2	179,7	6,6
Base ampliada ^{4/}	2 370,1 - 2 782,3	10,5	2 623,9	14,1
M4 ^{4/}	2 841,8 - 3 844,8	13,6	3 324,2	17,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em expansão monetária de R\$8,4 bilhões no bimestre encerrado em agosto, explicada exclusivamente pela atuação do Tesouro Nacional. As operações de títulos pelo Tesouro, no mercado primário, foram expansionistas em R\$74,2 bilhões, e no mercado secundário, contracionista em R\$65,8 bilhões.

25. O Copom observou, na reunião de julho, que, desde sua última reunião houve deterioração adicional dos mercados internacionais, com a volatilidade e a aversão ao risco se elevando, em grande parte, alimentadas por extraordinários níveis de liquidez e por incertezas crescentes quanto ao ritmo de recuperação da atividade global. Foi ponderado, ainda, que, embora estivesse em curso moderação da expansão da demanda doméstica, eram favoráveis as perspectivas para a atividade econômica. Essa avaliação encontrou suporte em sinais que, apesar de indicarem certo arrefecimento, apontavam que a expansão da oferta de crédito tendia a persistir tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas; e no fato da confiança de consumidores e de empresários se encontrar em níveis historicamente elevados, a despeito de acomodação na margem. O Comitê entendeu, adicionalmente, que o dinamismo da atividade doméstica continuaria a ser favorecido pelo vigor do mercado de trabalho, evidenciado em taxas de desemprego historicamente baixas e em substancial crescimento dos salários. Em suma, o Copom reconheceu um ambiente econômico, em que prevaleciam nível de incerteza crescente e acima do usual e riscos à concretização de um cenário em que a inflação convergisse tempestivamente para o valor central da meta, que justificava a elevação da taxa Selic para 12,50% a.a., sem viés. Na reunião de agosto, o Copom reconheceu, de forma unânime, que o ambiente macroeconômico havia se alterado substancialmente desde sua última reunião, e justificava uma reavaliação, e, eventualmente, reversão, do recente processo de elevação da taxa básica. Nesse contexto, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 12,00% a.a., sem viés, por cinco votos a favor e dois votos pela manutenção da taxa Selic em 12,50% a.a.

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
23.01.2008	-	11,25
5.03.2008	-	11,25
16.04.2008	-	11,75
4.06.2008	-	12,25
23.07.2008	-	13,00
10.09.2008	-	13,75
29.10.2008	-	13,75
10.12.2008	-	13,75
21.01.2009	-	12,75
11.03.2009	-	11,25
29.04.2009	-	10,25
10.6.2009	-	9,25
22.07.2009	-	8,75
2.09.2009	-	8,75
21.10.2009	-	8,75
9.12.2009	-	8,75
27.01.2010	-	8,75
17.03.2010	-	8,75
28.04.2010	-	9,50
9.06.2010	-	10,25
21.07.2010	-	10,75
1.09.2010	-	10,75
8.12.2010	-	10,75
19.1.2011	-	11,25
2.3.2011	-	11,75
20.4.2011	-	12,00
9.6.2011	-	12,25
21.7.2011	-	12,50
1.9.2011	-	12,00

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o quarto trimestre de 2011

26. O cenário econômico global apresentou substancial deterioração nos meses recentes. As previsões de crescimento para os principais blocos econômicos sofreram reduções generalizadas e de magnitudes significativas, com o agravamento da crise fiscal na Europa e de tensões da mesma natureza nos EUA, que, entre outros desenvolvimentos, repercutiram negativamente sobre as expectativas de empresários e consumidores. O ambiente econômico internacional mais restritivo tende a permanecer por um período mais prolongado do que se antecipava e apresenta um viés desinflacionário para a economia mundial bem como para o Brasil. Nesse ambiente, em que importantes economias europeias registraram desaceleração da atividade, a economia japonesa voltou a contrair-se e a expansão do PIB dos EUA refletiu, em especial, a revisão para baixo realizada nas estatísticas do agregado relativas ao trimestre anterior, o au-

mento da percepção de risco se traduziu em acentuada volatilidade nos mercados financeiros.

27. No Brasil, importantes indicadores de conjuntura sugerem moderação do ritmo de crescimento da economia. Nesse cenário, consistente com os efeitos das ações de política implementadas desde o final do ano passado, verifica-se moderação no setor de serviços e, em maior intensidade, na indústria.

28. Prospectivamente, o desempenho da atividade deverá seguir favorecido pela expansão da demanda interna, sustentada pelo vigor do mercado de trabalho e pela expansão do crédito, ainda que em ritmo moderado. Em oposição, devem ser consideradas nessa perspectiva influências contracionistas decorrentes da deterioração do cenário internacional, particularmente sobre as condições de crédito, as expectativas de empresários e consumidores, e sobre os fluxos de comércio exterior e investimentos.

29. A evolução das operações de crédito e dos agregados monetários mostrou-se consistente com a política monetária adotada ao longo do primeiro semestre de 2011. Adicionalmente, o arrefecimento da atividade econômica e a acumulação de estoques contribuíram para a desaceleração do crédito às empresas e devem prosseguir condicionando esse mercado ao longo do segundo semestre.

30. No âmbito das famílias, persiste a expansão dos financiamentos habitacionais, impulsionada, em especial, pelo crescimento da massa salarial nos anos recentes e pelos avanços institucionais nesse mercado. O crédito ao consumo registrou crescimento no trimestre encerrado em julho, após retração no início do ano determinada pelas medidas macroprudenciais e pela política monetária mais restritiva.

31. A instabilidade no cenário internacional afetou o mercado de capitais doméstico, resultando em declínios expressivos nas cotações acionárias e em contenção das emissões primárias de ativos diversos. A incerteza nesses mercados tende a permanecer ao longo dos próximos meses, condicionando as decisões relativas à captação de recursos pelos setores produtivos.

32. O desempenho favorável da arrecadação em 2011 – influenciada pelo recolhimento de débitos em atraso e pela retirada de estímulos adotados durante a crise iniciada em 2008 – e a menor elevação das despesas, têm sido determinantes para a consecução de resultados fiscais expressivos. Nesse ambiente, a elevação anunciada para a meta de superávit primário de 2011 reforça a sustentabilidade da política fiscal e contribui para moderar o impacto das atividades do setor público sobre a demanda agregada.

33. A expansão nas importações de bens e serviços e, em meses recentes, o aumento nas remessas líquidas de renda para o exterior, têm sido contrabalançados pelo desempenho das exportações, beneficiado, em especial, pelo nível de preços de

importantes componentes da pauta. Dessa forma, pelo terceiro trimestre consecutivo observa-se a manutenção do déficit em transações correntes acumulado em doze meses no patamar de 2,2% do PIB.

34. Por sua vez, as perspectivas favoráveis em relação ao desempenho da economia brasileira permanecem atraindo, mesmo em ambiente de crescente aversão ao risco, capital externo em volume superior à necessidade de financiamento das transações correntes e viabilizando o fortalecimento das reservas, que registraram elevação de US\$64,8 bilhões nos oito primeiros meses de 2011.

35. No âmbito da conta financeira, os investimentos estrangeiros diretos totalizaram US\$44,1 bilhões até agosto e tendem a alcançar volume recorde no ano. Em oposição, ressaltam-se as retrações nas captações líquidas de empréstimos e títulos, a partir do aumento para 6% no IOF incidente sobre ingressos de capitais estrangeiros com prazo médio de amortização igual ou inferior a 720 dias.

36. Nesse contexto, os principais indicadores da inflação registraram desaceleração no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio. A evolução favorável dos preços ao consumidor esteve associada, principalmente, ao arrefecimento nas variações dos preços nos grupos alimentação e vestuário. Por sua vez, a desaceleração nos índices gerais de preços evidenciou a moderação dos preços industriais no atacado. No mesmo sentido, os núcleos de inflação ao consumidor registraram, nos distintos critérios adotados para o seu cálculo, variações menores no trimestre encerrado em agosto do que no finalizado em maio.

37. O cenário prospectivo para a inflação apresenta sinais favoráveis desde o último relatório de inflação. Nesse sentido, as evidências sugerem que os impactos diretos de choques de oferta domésticos e externos registrados no final de 2010 e início de 2011 já estão incorporados nos preços ao consumidor. Além disso, a concentração de reajustes de preços administrados ocorrida no primeiro trimestre deste ano apresenta reversão parcial. Nesse cenário, em que o descompasso entre a evolução da oferta e da demanda persiste, mas tende a decrescer; o nível de utilização da capacidade instalada mostra recuo e se encontra abaixo da tendência de longo prazo; e a trajetória dos preços das commodities experimenta acomodação, compatível com a deterioração do ambiente econômico internacional, a inflação acumulada em doze meses tende a se deslocar na direção da trajetória de metas a partir do quarto trimestre do ano.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2011.

38. A programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2011 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das ta-

xas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2011^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	272,7 - 320,1	6,0
Base restrita ^{4/}	181,7 - 245,9	8,3
Base ampliada ^{4/}	2505,7 - 2641,4	13,7
M4 ^{4/}	2924,9 - 3057,2	13,2

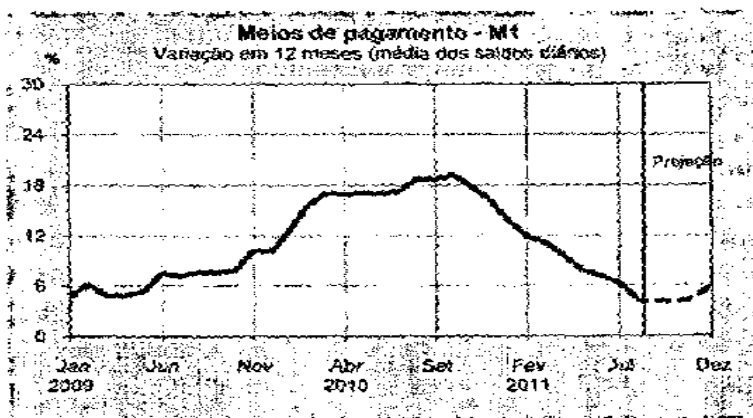
^{1/} Referência ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

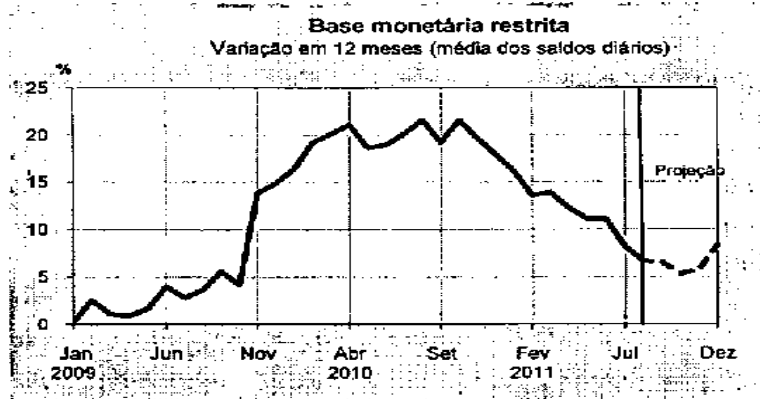
^{4/} Saldo em fim de período.

39. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em doze meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 6% para dezembro de 2011.

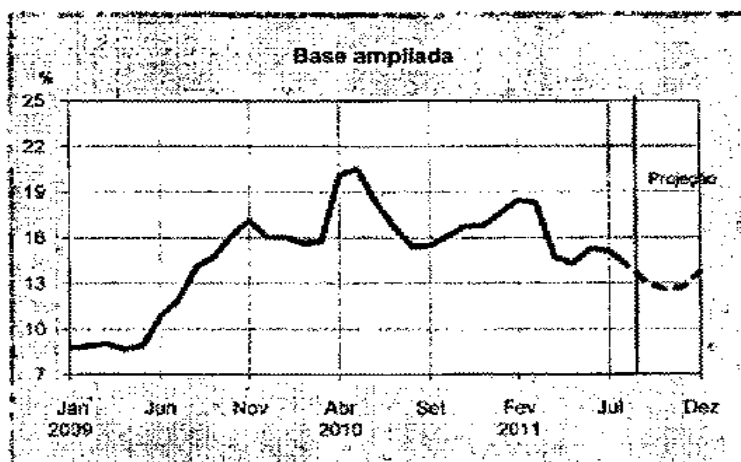


40. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, a elevação da massa salarial e a antecipação de parcela do décimo terceiro salário concedida a aposentados e pensionistas, bem como as restituições do imposto de renda.

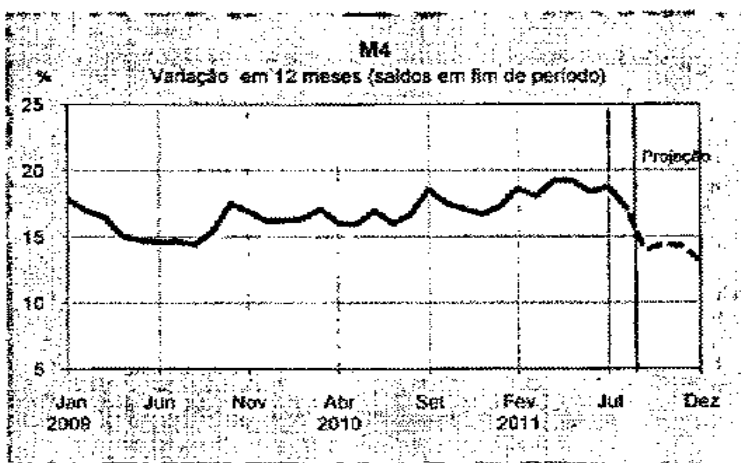
41. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 8,3% em 12 meses para o saldo médio da base monetária em dezembro de 2011.



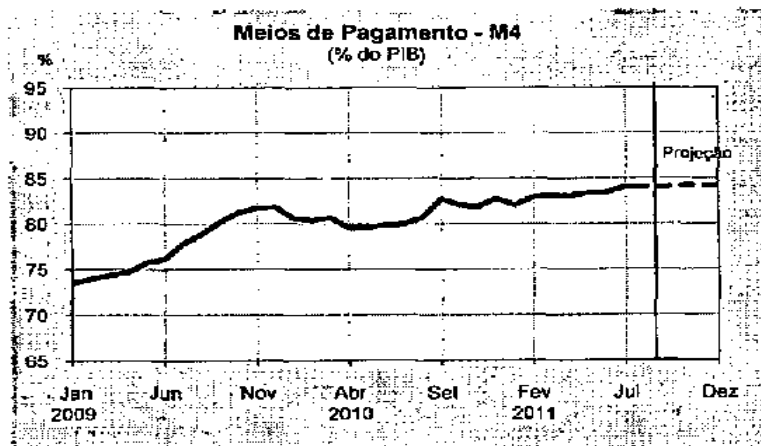
42. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 13,7% em dezembro de 2011.



43. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para o M4 corresponde a 13,2% em dezembro de 2011.



44. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2011, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis em doze meses.



45. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre julho/agosto de 2011, bem como os valores previstos para o quarto trimestre de 2011.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários¹⁾

Discriminação	2010		2011		2011	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ²⁾	Var. % em 12 meses
M1 ³⁾	279,8	18,3	250,5	4,2	299,2	9,0
Base restrita ⁴⁾	197,4	17,9	179,7	6,0	219,8	6,3
Base ampliada ⁵⁾	2.394,9	16,9	2.623,9	14,1	2.723,5	13,7
M4 ⁶⁾	3.040,5	16,7	3.234,2	17,1	3.441,3	13,2

1) Refere-se ao último mês do período.

2) Projeção.

3) Fictício milhões das promissoras.

4) Média dos saldos nos dois meses do mês.

5) Saldo em fim de período.

46. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário¹⁾

Discriminação	2010		2011		2011	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ²⁾	1,417	-1,4	1,384	-2,3	1,367	-2,1
Res. bancárias / dep. vista ³⁾	0,308	7,7	0,304	-2,7	0,309	0,3
Papel-moeda / M1 ⁴⁾	0,428	-0,6	0,443	4,5	0,445	2,9
M4 / Base ampliada ⁵⁾	1,270	-0,1	1,267	2,8	1,263	-0,5

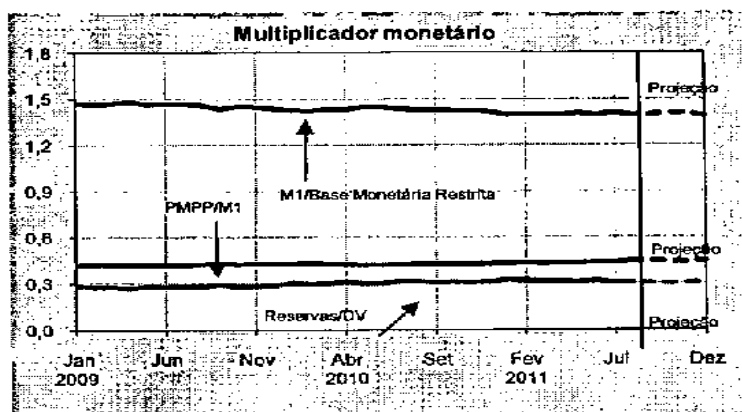
1) Refere-se ao último mês do período.

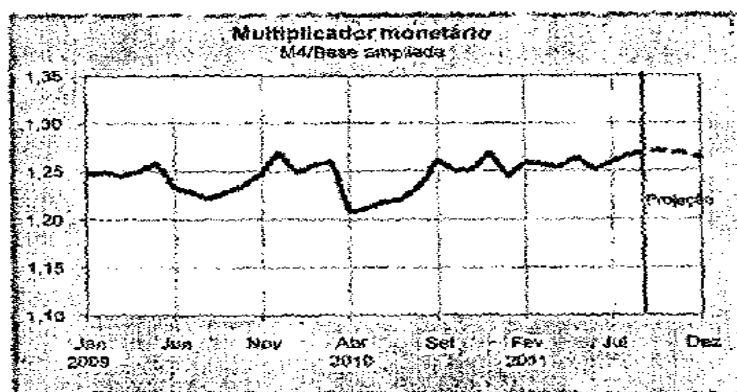
2) Projeção.

3) Média dos saldos nos dois meses do mês.

4) Saldo em fim de período.

47. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do quarto trimestre de 2011.





Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2011^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	240,7 - 282,6	11,5	251,2	7,2
Base restrita ^{3/}	156,8 - 212,1	13,9	180,0	13,1
Base ampliada ^{4/}	2 338,3 - 2 742,7	13,0	2 591,7	15,3
M4 ^{4/}	2 687,6 - 3 538,1	15,4	3 244,0	18,4

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2011 e ocorridos no período julho/agosto^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	243,6 - 285,0	7,1	250,5	4,2
Base restrita ^{3/}	159,1 - 215,3	6,2	178,7	6,6
Base ampliada ^{4/}	2 379,7 - 2 782,3	10,5	2 623,9	14,1
M4 ^{4/}	2 841,8 - 3 844,8	13,8	3 324,2	17,1

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2011^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	272,7 - 320,1	6,0
Base restrita ^{3/}	181,7 - 245,9	8,3
Base ampliada ^{4/}	2505,7 - 2941,4	13,7
M4 ^{4/}	2824,9 - 3957,2	13,2

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do mês.

^{4/} Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2010		2011			
			Julho - Agosto		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	278,6	16,3	290,6	4,2	286,4	6,0
Base restrita ^{5/}	197,4	17,9	179,7	6,6	213,8	8,3
Base ampliada ^{5/}	2.344,9	16,8	2.625,9	14,1	2.723,5	13,7
M4 ^{5/}	3.040,5	16,7	3.524,2	17,1	3.411,0	13,2

^{1/} Refere-se ao último mês do período.^{2/} Projeção.^{3/} Ponto médio das projeções.^{4/} Média dos saldos nos dois dias do mês.^{5/} Saldo em fim de período.**Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}**

Discriminação	2010		2011			
			Julho - Agosto		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,417	-1,4	1,394	-2,3	1,357	-2,1
Res. bancárias / dep. à vista ^{3/}	0,308	7,7	0,304	-2,7	0,309	0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,428	-0,4	0,443	4,8	0,445	3,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,270	-0,1	1,297	2,6	1,263	-0,5

^{1/} Refere-se ao último mês do período.^{2/} Projeção.^{3/} Média dos saldos nos dois dias do mês.^{4/} Saldo em fim de período.

Glossário

Base monetária: passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta "Reservas Bancárias". Essa variável reflete o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Fatores condicionantes da base monetária: refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de "Reservas Bancárias" significa expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de "Reservas Bancárias" significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

Base monetária ampliada: conceito amplo de base monetária, introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Meios de pagamento: conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados: inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Depósitos compulsórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos “em espécie” correspondem aos valores que foram transferidos das contas “Reservas Bancárias” para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos “em títulos” correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos “em títulos” são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

Aviso nº 65 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Maurício Corrêa, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e Ministro da Justiça, ocorrido na última sexta-feira, 17 de fevereiro de 2012.

Justificação

Maurício Corrêa foi não apenas senador, foi um dos líderes da sociedade civil na conquista da demo-

cracia, foi Ministro da Justiça em um momento decisivo da história do País, foi Ministro do Supremo e seu presidente, e representou Brasília com grandeza, dignidade, como um senador que nos orgulhou.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Pedro Taques**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agradecendo a proteção de Deus, convoco reunião para amanhã, no horário regimental, e dou por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 21 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

S/PARTIDO - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(15,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(2,12)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD/PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando compartilhamento de vagas entre PSD e PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO) ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,32)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSD/PSOL (37)

Kátia Abreu (PSD) (35,38)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD/PSOL ⁽³⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando compartilhamento de vagas entre PSD e PSOL na Comissão.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,6,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ⁽¹²⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Vagom, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,32)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,30)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

7. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

8. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,24,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD/PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade (S/PARTIDO) ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSD/PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³²⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³¹⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,17)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁶⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSD/PSOL ⁽²²⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
 12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
 13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
 14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
 15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 17. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
 20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
 22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando compartilhamento de vagas entre PSD e PSOL na Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁰⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽⁸⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(16,18)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 28/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁷⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente:

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL ¹	
Marinor Brito (PSOL/PA)	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

Edição de hoje: 136 páginas

(OS: 10376/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

